



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

Andreia Vergineli Tricarico

QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM NOTAS EXPLICATIVAS: UMA
PERSPECTIVA SOBRE A RELEVÂNCIA E A MATERIALIDADE NAS EMPRESAS
PETROLÍFERAS

Rio de Janeiro

2023

Andreia Vergineli Tricarico

QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM NOTAS EXPLICATIVAS: UMA
PERSPECTIVA SOBRE A RELEVÂNCIA E A MATERIALIDADE NAS EMPRESAS
PETROLÍFERAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo de Oliveira Leite
Coorientador: Prof. Dr. Odilanei Moraes dos Santos

Rio de Janeiro
2023

Ficha catalografica

Andreia Vergineli Tricarico

QUALIDADE DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EM NOTAS EXPLICATIVAS: UMA
PERSPECTIVA SOBRE A RELEVÂNCIA E A MATERIALIDADE NAS EMPRESAS
PETROLÍFERAS E GÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Contábeis.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 2023.

Prof. Dr. Rodrigo de Oliveira Leite
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Prof. Dr. Thiago de Abreu Costa – Membro Interno
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Profa. Dra. Sheizi Calheira de Freitas – Membro Externo
Universidade Federal da Bahia (UFBA)

AGRADECIMENTOS

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da UFRJ, agradeço por terem me aceitado nesse Programa e a todos os meus professores pelos grandiosos ensinamentos ao longo desses anos. Certamente, foram muito valiosos para mim e para a minha carreira. Em especial, quero agradecer ao meu Orientador e meu Coorientador pelos momentos dedicados à elaboração da minha dissertação.

Aos gestores da PETROBRÁS, pelos incentivos, pois sem isso não teria ânimo para iniciar o curso. Agradeço também ao Gerente Executivo, Sr. Edmilson, aos meus Coordenadores e à minha gerente, Sra. Carla, por toda compreensão, quando precisei assistir às aulas. Agradeço ainda a todos os meus amigos que tanto me ouviram e aconselharam. Reconheço que todos foram fundamentais para o êxito deste trabalho.

À minha família, em especial, à minha mãe e ao meu pai, que são minha base e me apoiaram durante a minha vida toda. Muitíssimo obrigada pelo apoio de sempre! Agradeço às minhas filhas lindas e amadas, Giulia e Giovanna, e ao meu marido Paulo, que compreenderam os momentos que eu precisava estar “mais sozinha” para concluir as minhas atividades. Além disso, agradeço também ao meu irmão, às minhas cunhadas, ao meu cunhado e aos meus sobrinhos. Confesso que o amor e a compreensão de todos me deram força para continuar essa dura jornada de estudos.

A Deus e à Nossa Senhora, por terem me concedido sabedoria e força nos momentos mais difíceis que passei durante o curso, pois o mundo sofria por causa da disseminação da Covid-19.

Por fim, almejo que os próximos desafios sejam tão satisfatórios quanto esta pesquisa foi e é para mim.

RESUMO

TRICARICO, Andreia Vergineli. **Qualidade das informações contábeis em Notas Explicativas:** uma perspectiva sobre a relevância e a materialidade nas empresas petrolíferas. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Em 2018, com a intenção de aperfeiçoar algumas orientações, dentre elas, a confirmação do conceito de materialidade, a Organização Internacional de Normas Contábeis, *International Accounting Standards Board (IASB)*, revisou a norma contábil internacional, *Conceptual Framework for Financial Reporting*, trazendo o entendimento de que a informação é considerada material se a sua omissão, seu erro ou sua ocultação puder influenciar de forma razoável as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Este estudo objetivou avaliar se a quantidade de itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas de empresas petrolíferas reduziu após a revisão do conceito de Materialidade divulgado na norma contábil internacional, *Conceptual Framework*, bem como entender quais características dessas empresas podem explicar a divulgação de itens não materiais. Utilizou-se critérios quantitativos baseados no Ativo Total, Patrimônio Líquido e Receitas. Os resultados mostram que há uma quantidade elevada de itens imateriais sendo divulgados nas Notas Explicativas das empresas amostradas, passando de 40% em alguns anos do período estudado (2015 a 2021). Ademais, para mitigar o risco de litígio, em especial em países tipicamente classificados como *code law*, as empresas petrolíferas acabam por divulgar mais itens imateriais. Contudo, o resultado mais expressivo é o de que a revisão do conceito de materialidade promovida pelo IASB não surtiu efeito, em que as empresas continuam divulgando regularmente itens não relevantes nas Notas Explicativas, ou seja, imateriais, não cumprindo o objetivo de que a divulgação contábil deve primar pela utilidade das informações reportadas nas demonstrações contábeis e redução da assimetria informacional. Os resultados são relevantes para diversos usuários interessados nas informações contábeis, chamados *stakeholders*, uma vez que se evidencia que as empresas vêm divulgando informações não materiais e que essas informações irrelevantes divulgadas nas Notas Explicativas dificultam a compreensão por parte dos usuários finais das demonstrações contábeis, em especial, quando se trata de empresas negociadas nos mercados de ações de diversos países.

Palavras-chave: Notas Explicativas; Materialidade; Empresas petrolíferas.

ABSTRACT

TRICARICO, Andreia Vergineli. **Quality of accounting information in Explanatory Notes:** a perspective on relevance and materiality in oil companies. Rio de Janeiro, 2023. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) - Faculdade de Administração e Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

In 2018, to improve some guidelines, including confirmation of the concept of materiality, the International Accounting Standards Organization, International Accounting Standards Board (IASB), revised the international accounting standard, Conceptual Framework for Financial Reporting, bringing the understanding that information is considered material if its omission, error or concealment could reasonably influence the decisions of the main users of the financial statements. This study aimed to evaluate whether the number of immaterial items disclosed in the Explanatory Notes of oil companies reduced after reviewing the concept of Materiality disclosed in the international accounting standard, Conceptual Framework, as well as understanding which characteristics of these companies can explain the disclosure of non-material items. Quantitative criteria based on Total Assets, Net Equity and Revenue were used. The results show that there is a high number of intangible items being disclosed in the Explanatory Notes of the sampled companies, exceeding 40% in some years of the studied period (2015 to 2021). Furthermore, to mitigate the risk of litigation, especially in countries typically classified as code law, oil companies end up disclosing more intangible items. However, the most significant result is that the review of the concept of materiality promoted by the IASB did not have any effect, with companies continuing to regularly disclose non-relevant items in the Explanatory Notes, that is, immaterial, not fulfilling the objective that disclosure Accounting must prioritize the usefulness of the information reported in the financial statements and reduce information asymmetry. The results are relevant for several users interested in accounting information, called stakeholders, since it is evident that companies have been disclosing non-material information and that this irrelevant information disclosed in the Explanatory Notes makes it difficult for end users to understand the financial statements, in especially when it comes to companies traded on the stock markets of different countries.

Keywords: Notes to the Financial Statements; Materiality; Oil Companies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Evolução das demonstrações contábeis e o processo de melhoria das informações em Notas Explicativas.....	22
---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Pesquisas qualitativas sobre a qualidade das informações divulgadas em Notas Explicativas	26
Tabela 2 – Pesquisas quantitativas sobre a qualidade das informações divulgadas em Notas Explicativas	27
Tabela 3 – Composição da amostra	32
Tabela 4 – Nacionalidade e ano de convergência	33
Tabela 5 – Composição da amostra	34
Tabela 6 – Variáveis	37
Tabela 7 – Diagnóstico de painel	39
Tabela 8 – Estatística descritiva da quantidade de itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas da amostra	40
Tabela 9 – Participação dos itens imateriais em relação ao total de itens divulgados nas Notas Explicativas	41
Tabela 10 – Estatística descritiva das variáveis independentes quantitativas	43
Tabela 11 – Estatística descritiva das <i>dummies</i>	44
Tabela 12 – Matriz de correlação entre as variáveis do modelo	44
Tabela 13 – Resultado das regressões com dados em painel	45
Tabela 14 – Consolidação da avaliação das hipóteses de pesquisa	48

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BR GAAP	<i>Brazil Generally Accepted Accounting Principles</i>
CEO	<i>Chief Executive Officer</i>
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis
EFRAG	<i>European Financial Reporting Advisory Group</i>
FASB	<i>Financial Accounting Standards Board</i>
IAS	<i>International Accounting Standards</i>
IASC	<i>International Accounting Standards Committee</i>
IASB	<i>International Accounting Standards Board</i>
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards Foundation</i>
OCPC	Orientação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	18
2.1	TEORIA DA DIVULGAÇÃO.....	18
2.2	EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DIVULGADA EM NOTAS EXPLICATIVAS	19
2.3	PESQUISAS RELACIONADAS À MATERIALIDADE E À RELEVÂNCIA NAS NOTAS EXPLICATIVAS.....	23
2.4	HIPÓTESES DE PESQUISA	28
3	METODOLOGIA.....	31
3.1	CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO	31
3.2	SELEÇÃO DA AMOSTRA	31
3.3	COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS	33
3.4	ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS ECONÔMICOS	34
4	APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	39
5	CONCLUSÃO	48
	REFERÊNCIAS	51

1 INTRODUÇÃO

O início de uma nova fase contábil, ocasionada a partir do processo de convergência das normas internacionais, foi marcado por desafios quanto à utilização das normas e suas implicações imediatas nas demonstrações contábeis, pois era preciso zelar pela qualidade das informações divulgadas. A amplitude e profundidade dessas mudanças indicavam que era preciso qualificar a mão de obra, dado que havia uma grande preocupação quanto aos contadores atuantes no mercado, que, tanto pela sua formação quanto pela sua experiência prática, tiveram muitas dificuldades em se adequar ao novo modelo (Souza, 2009). Nesse cenário, atributos, como transparência e qualidade, deviam ser preservados, a fim de proporcionar informação contábil de excelência, refletida nos relatórios contábeis, e atender, dessa maneira, aos interesses dos usuários finais (Coelho et al., 2011).

As novas exigências de divulgação trazidas pelos padrões contábeis emitidos pela Organização Internacional de Normas Contábeis – *International Accounting Standards Board* (IASB), órgão responsável pela elaboração e publicação das normas – *International Financial Reporting Standards* (IFRS), fizeram com que as Notas Explicativas ganhassem mais notoriedade, já que os números divulgados nas demonstrações contábeis passaram a ser explicados de forma mais detalhada, como também foram utilizadas para apresentar as novas normas, repetindo basicamente o seu texto (Cruz, 2019). As Notas Explicativas têm como objetivo fornecer a descrição dos itens apresentados nas demonstrações, mesmo aqueles que não foram objeto de reconhecimento contábil, positivo ou negativo da entidade, relevantes e oportunos (European Financial Reporting Advisory Group [EFRAG], 2012).

Ainda em relação ao processo de convergência e da adoção das normas internacionais de contabilidade, as empresas tiveram que se adaptar rapidamente aos novos procedimentos, similarmente a outros países, pois havia a necessidade de moldar as demonstrações contábeis ao novo processo. Nesse ambiente, Klann et al. (2014) mencionam que as questões contábeis começaram a ser tratadas além da mera forma legal, pois passou-se a exigir mais poder de decisão dos contadores e gestores, para que as demonstrações contábeis representassem adequadamente a realidade econômica das organizações. Souza (2014), por sua vez, buscou avaliar o nível de utilidade das informações contidas nas Notas Explicativas, preparadas de acordo com as IFRS. Os resultados revelaram que investidores e credores julgam necessárias as informações divulgadas nas Notas Explicativas, pois são fontes de informação para o processo decisório, mesmo que apresentem informações imateriais, vistas como decorrentes do julgamento inadequado sobre a materialidade da informação pelos preparadores.

Com a finalidade de orientar os preparadores das informações contábeis sobre conceitos universais, o IASB emitiu a norma contábil internacional, denominada *Framework for the Preparation and Presentation of Financial Statements*. Essa norma declara que a informação contábil deve ser útil usuário final, sendo representada por palavras e números que, para serem úteis, não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos (International Accounting Standards Board [IASB], 2018).

Adicionalmente, a fim de definir as bases para a apresentação das demonstrações contábeis, possibilitando a comparabilidade entre exercícios, inclusive com outras entidades, foi emitida a norma: *International Accounting Standards (IAS) n.º 1 – Presentation of Financial Statements*. Essa norma apresentou diretrizes para a estrutura e requisitos mínimos para o conteúdo das demonstrações contábeis orientado também sobre alguns conceitos, como os da relevância e da materialidade (IASB, 2011).

Em 2018, com a intenção de aperfeiçoar algumas orientações, dentre elas, a confirmação do conceito de materialidade, o IASB revisou a norma *Conceptual Framework for Financial Reporting*, trazendo o entendimento de que a informação contábil é considerada material se a sua omissão, seu erro ou sua ocultação puder influenciar de forma razoável as decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis (IASB, 2018). Esse entendimento corrobora com as conclusões reportadas na minuta inicial da norma contábil –*Exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, que observou a ansiedade dos preparadores em interpretar o item 31 do IAS 1.

Segundo o item 31 do IAS 1, equivalente ao Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica se a informação resultante da divulgação não for material, mesmo em situações que sejam exigidas por alguma norma. Por outro lado, a entidade deve fornecer divulgações adicionais quando os requisitos específicos de uma norma forem insuficientes para permitir que os usuários das demonstrações contábeis compreendam o impacto de determinadas transações, outros eventos e condições sobre a posição e o desempenho financeiros da entidade (Comitê de Pronunciamentos Contábeis [CPC], 2011).

Nesse sentido, embora existam alterações para o aperfeiçoamento dos conceitos, ressalta-se o fato de que o conceito de materialidade é de difícil assimilação, pois ela é baseada tanto no aspecto quantitativo quanto no qualitativo, sendo que o segundo pode apresentar abordagens diversas por parte dos seus preparadores. As consequências são demonstrações cada vez mais extensas e informações com alto nível de complexidade (Souza, 2014).

Nesse contexto, Martins (2016) analisou empresas participantes do Prêmio Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa, inferindo que havia um elevado percentual de informações irrelevantes. Corroborando com essa análise, Pinheiro et al. (2017) estudaram a aplicação do conceito de materialidade nas informações divulgadas em Notas Explicativas das empresas JSL e Tegma, concluindo que entre 27% e 33% das informações poderiam ter sido excluídas com base nos critérios de materialidade estabelecidos, sem o comprometimento da qualidade do documento.

Além da perspectiva dos preparadores, que adotaram uma posição mais conservadora em relação à inclusão de informações nas Notas Explicativas (Souza, 2014), é possível levar em consideração também a perspectiva dos auditores. Para Pinheiro et al. (2017), os auditores utilizam como critério, para determinar a materialidade, o aspecto da relevância, pois, a partir desse conceito, é possível mensurar o objeto contábil, a sua quantificação e, conseqüentemente, sua aplicação para elaboração de demonstrações contábeis livres de informações irrelevantes.

Dessa forma, a qualidade da informação contábil é constantemente abordada em pesquisas acadêmicas. Para Hendriksen e Van Breda (2018, p. 93), as informações devem ser úteis, reduzir a incerteza, transmitir aos decisores uma mensagem com valor superior ao seu custo de preparação, e, por fim, devem provocar reações aos responsáveis pelas decisões. Assim, D'Adduzio (2020) menciona que a materialidade é um atributo da divulgação voluntária, mas que devem ser considerados os benefícios para a divulgação das informações *versus* os custos para prepará-las.

Nessa conjuntura, Pinheiro e Boscov (2015) analisaram as informações por segmento de negócios publicadas nas Notas Explicativas, conforme exigência do Pronunciamento Técnico CPC 22 – Informações por Segmento, das empresas premiadas pelo Troféu Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa de 2013. As autoras identificaram um baixo nível de divulgação e concluíram que algumas informações são divulgadas com maior frequência, no sentido de ocultar determinadas informações que podem ser consideradas como estratégicas, tais como o grau de dependência de clientes e os dados por regiões geográficas.

Assim, há algumas evidências de que a utilização de técnicas para o levantamento das informações, como, por exemplo, o *checklist*, não estão sendo revisitadas pelos preparadores das demonstrações contábeis. Consolidando esse entendimento, Borges e Rech (2019) declaram que os preparadores se baseiam no relatório do ano anterior e, por essa razão, não se preocupam em excluir informações irrelevantes, resultando em uma sobrecarga de divulgação que acaba por encobrir as informações relevantes, provocando uma confusão nos usuários e acarretando altos custos de preparação.

Em relação às características dos países em seus aspectos macroeconômicos, políticos e legais, é mister observar que elas podem influenciar no grau e na quantidade de informações divulgadas pelas empresas. Dentre esses determinantes, destaca-se a origem legal, que geralmente define os respectivos sistemas jurídicos. Essa abordagem torna-se oportuna para esta pesquisa, pois a quantidade de informações divulgadas pode estar associada ao tipo de sistema jurídico adotado, como o *code law*¹ ou o *common law*², visto que a tendência é que países *common law* possuam uma divulgação de forma resumida, enquanto naqueles que adotam o *code law* tem a evidenciação como papel central. Lourenço (2014) destaca que os países onde se verifica maior cumprimento das exigências de divulgação são os que se baseiam no sistema *common law*.

O conflito, entre divulgar as informações com a maior amplitude possível ou manter o sigilo quanto às decisões estratégicas da companhia, trouxe reflexões quanto ao tamanho das demonstrações contábeis. Para Castro et al. (2019), essas demonstrações são ferramentas fundamentais na divulgação da situação econômico-financeira e patrimonial da empresa, pois evidenciam informações quantitativas, bem como elementos qualitativos, por meio das Notas Explicativas. No entanto, segundo os mesmos autores, houve um aumento expressivo de informações nas Notas Explicativas, após a publicação em 2010 da nova versão da estrutura conceitual pelo IASB, o que causou grande preocupação dos órgãos normatizadores, pois percebeu-se um excesso de dados não relevantes, tomando-se como base o percentual de 1% sobre a Receita Líquida para o cálculo da materialidade.

Nessa perspectiva, há estudos que analisaram a qualidade das informações divulgadas à luz da relevância e da materialidade. No contexto internacional, destacam-se as pesquisas com o foco ontológico, cujo objetivo era questionar particularmente sobre as condições, eventos, traços de poder e discursos de especialistas que moldaram sua existência (Edgley, 2014); e também de forma qualitativa, conforme Rainero et al. (2020), que investigaram os princípios da materialidade e da relevância observados a partir de uma perspectiva histórica, especificamente como mostrado no *Tractatus XI da Summa de Arithmetica, Geometria, Proportioni et Proportionalità*, impresso em Veneza em 1494 D.C. pelo frade franciscano Luca Pacioli.

Outros estudos fazem referência aos conceitos, contudo enfatizaram análises quantitativas. Torelli et al. (2020) avaliaram o nível de aplicação da materialidade nos relatórios não financeiros; e D'Adduzio (2020) pesquisou se o nível de materialidade está associado à

¹ Normas fundamentadas editadas pelo governo.

² Normas fundamentadas nas jurisprudências e costumes.

economia, empresa e gestão, características que podem impactar a decisão de divulgação. Essas pesquisas, de modo geral, mostram que o tema pode ser estudado sob diferentes prismas, entretanto, trazem conclusões sobre a dificuldade de padronização para esses conceitos.

Considerando os periódicos nacionais, o tema também desperta interesse da academia desde a implantação das normas internacionais de contabilidade em 2008, como demonstrado nos trabalhos de Dantas et al., 2005; Coelho et al., 2011; Souza, 2013; Campos & Lemes, 2013; Souza, 2014; Camargo & Alberton, 2015; e Jorissen, 2015. Essas pesquisas mostram que as informações divulgadas, em Notas Explicativas, atingem parcialmente o seu objetivo, que é de divulgar informações úteis aos usuários finais.

Com base nas preocupações demonstradas por órgãos internacionais e com a finalidade de retratar alguns pontos importantes sobre a divulgação das demonstrações contábeis, foi emitida no Brasil, pelo CPC, a Orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, que trata dos requisitos para a elaboração e evidenciação que devem ser atendidos pelas entidades ao divulgar suas demonstrações contábeis, mais especificamente com relação às informações dispostas nas Notas Explicativas (CPC, 2014).

A orientação técnica apresenta, inicialmente, as razões que motivaram a sua emissão, tais como: (i) existência de informações irrelevantes; (ii) aumento do custo para a preparação das informações; e (iii) adoção da técnica do *checklist*, não observando o conceito da relevância (CPC, 2014). Nesse cenário, há indícios de que são utilizadas técnicas não apropriadas para a elaboração das demonstrações contábeis, causando certa dificuldade para a tomada de decisões aos seus usuários finais. Esperava-se também uma redução do tamanho das Notas Explicativas, focando no que realmente é primordial, conforme demonstra o estudo de Gomes et al. (2019). Adicionalmente, os autores afirmam que a orientação técnica não tem como objetivo a diminuição do volume de Notas Explicativas das empresas, mas que, baseado nos conceitos da relevância e da materialidade, busca-se um maior potencial explicativo.

Nesse contexto, percebe-se que as pesquisas ainda são incipientes para inferir sobre a quantidade de informações imateriais que são divulgadas nas Notas Explicativas, inclusive sobre características de setores econômicos específicos, abrindo-se margem para que se possa analisar o que pode provocar esse fenômeno, ou seja, a divulgação de informações imateriais.

Assim, buscou-se responder a seguinte questão de pesquisa: **Qual o nível de divulgação de itens não materiais nas demonstrações contábeis das companhias petrolíferas, após a revisão do conceito de materialidade realizada pelo IASB, bem como os seus determinantes?**

Dadas as lacunas observadas como, por exemplo, a forma interpretativa dos preparadores e a falta de uma orientação normativa sobre os aspectos quantitativos da relevância e materialidade, esse estudo tem por objetivo avaliar se a quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado na norma *Conceptual Framework*, bem como entender quais características das empresas estudadas podem explicar a divulgação desses itens não materiais.

Como objetivos específicos, pretende-se:

(a) apurar o tamanho das Notas Explicativas e a quantidade de itens imateriais divulgados nelas, com base na materialidade determinada em itens do Balanço Patrimonial e da Demonstração dos Resultados do Exercício; e

(b) analisar quais características endógenas e exógenas influenciam no nível de divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas.

A escolha pelo segmento de óleo e gás deve-se em função de sua movimentação de valores expressivos na economia mundial, contribuindo fortemente na cadeia produtiva de bens, consumo e serviços, inclusive quanto à relevância da comercialização de sua *commodity*, principalmente para os países produtores de petróleo. Empresas desse segmento estão entre as mais valiosas, conforme destaca o *ranking* da Fortune (2021). Nele, observa-se a Exxon Mobil (10.^a posição), com um valor de mercado estimado em USD 236 bilhões e a Chevron (27.^a posição) com USD 202 bilhões, em 31 de março de 2021.

Dado esse contexto, trata-se de uma indústria que fomenta valores expressivos nas bolsas de valores, demandando informações contábeis de qualidade por parte dos investidores e demais usuários, de modo que o estudo das Notas Explicativas de empresas desse segmento apresenta-se como uma oportunidade de pesquisa.

Nesse sentido, o estudo justifica-se por investigar se as informações reportadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas cumprem seu objetivo de fornecer informações úteis, principalmente após a revisão do conceito de materialidade na norma *Conceptual Framework*, em 2018 (IASB, 2018). A relevância do estudo pode ser fundamentada pelo fato de que informações irrelevantes divulgadas nas Notas Explicativas dificultam a compreensão de seus usuários finais, principalmente, quando se trata de empresas com ações negociadas nos mercados de capitais de diversos países.

Apesar dos esforços dos órgãos normatizadores para o aperfeiçoamento dos conceitos, ressalta-se o fato de que a materialidade é um conceito de difícil definição, e as evidências empíricas disponíveis ainda não são conclusivas, principalmente em função da utilização de *proxies* diversas para a materialidade (Martins, 2016; Castro et al., 2019; D'Adduzio, 2020).

Assim, espera-se que os achados desta pesquisa possam alimentar o processo decisório dos órgãos normatizadores, tais como IASB, FASB e CPC, não somente para permitir reflexões a partir do fornecimento de uma análise baseada em dados concretos, mas também no sentido de fomentar um debate sobre os critérios quantitativos, ou definições de percentuais para aplicação da materialidade.

Adicionalmente, ressalta-se a relevância para a academia, mercado e investidores, pois a discussão sobre a relevância e materialidade, proposta por esta pesquisa, é com o enfoque de entender quais são as características que levam os preparadores das demonstrações contábeis a divulgar informações com baixo nível de materialidade nas Notas Explicativas, firmando uma compreensão na divulgação baseada em julgamento, como suportado pela Teoria da Divulgação (Verrecchia, 1983).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fim de dar suporte à pesquisa realizada, esta revisão de literatura é dividida em cinco partes, sendo: 2.1. Teoria da Divulgação; 2.2. Evolução das Demonstrações Contábeis e a Qualidade da Informação Divulgada em Notas Explicativas; 2.3. Pesquisas Relacionadas à Materialidade e à Relevância nas Notas Explicativas; e 2.4. Hipóteses de Pesquisa.

2.1 TEORIA DA DIVULGAÇÃO

O embate entre divulgar as informações com o maior detalhamento possível ou manter o sigilo quanto às decisões estratégicas da companhia, observando os custos para produzi-las, é que paira a Teoria da Divulgação. Desse modo, busca-se encontrar o ponto ideal entre os interesses externos e internos e as motivações que levam as companhias a divulgarem os seus dados ao mercado. A Teoria da Divulgação objetiva explicar o incentivo para os gestores realizarem a divulgação de informações financeiras, tal como explicar as razões e apresentar os efeitos financeiro e econômico produzidos para a organização por intermédio dessa ação de divulgar informações específicas sobre conhecimento, até então, apenas da gestão da empresa (Verrecchia, 1983).

Com a finalidade de alcançar o propósito desta pesquisa, foi abordada, para fins teóricos, a Teoria da Divulgação, que pode ser explicada por meio de evidências empíricas e modelos de análise. Sua origem é a Teoria Econômica que visa explicar e predizer a realidade. Além disso, constituiu-se como um campo de estudo da contabilidade nas décadas finais do século XX (Rover et al., 2012). Seu principal objetivo é explicar os eventos divulgados sobre as informações financeiras. Para Verrecchia (2001), entretanto, não há uma Teoria da Divulgação abrangente ou integrada, uma vez que não existe um paradigma central que balize as pesquisas nessa área. No sentido oposto, Dye (2001) afirma que ele delimita ser essa teoria a Teoria da Divulgação voluntária, um caso especial da teoria dos jogos, com a premissa central de que a entidade irá divulgar boas notícias, ao mesmo tempo em que não evidenciará más notícias.

Apesar de os entendimentos conflitantes entre os dois autores, há o entendimento de que a Teoria da Divulgação, conforme Verrecchia (2001), é constituída por três tipos de estudos: (i) divulgação baseada na associação; (ii) divulgação baseada em julgamento; e (iii) divulgação baseada na eficiência. Ainda segundo o autor, o primeiro grupo tem como objetivo principal investigar a relação entre a divulgação e as mudanças nas atitudes de investidores, os quais competem no mercado com a expectativa de potencializar o patrimônio. O grupo seguinte trata

da divulgação baseada em julgamento e procura examinar a decisão dos preparadores em divulgar determinadas informações. Por fim, o terceiro grupo baseia-se em eficiência e investiga qual conjunto de divulgação é preferido na ausência de conhecimento anterior à informação.

Com o propósito de justificar a inclusão de variáveis voltadas para o comportamento dos preparadores das demonstrações contábeis, Santos Cunha e Souza Ribeiro (2016) dispõem que a divulgação baseada no julgamento se fundamenta no conceito de seleção adversa, cuja condição é a existência de assimetria informacional. Empresas que possuem resultados financeiros positivos têm incentivo maior para divulgar essas perspectivas e outras informações, pois acreditam que os seus custos são compensados pelos benefícios, ao contrário das empresas com resultados financeiros negativos, que possuem resultados que não compensam a divulgação.

De acordo com o contexto apresentado e visando entender os motivos que levam a divulgar informações abaixo do nível de materialidade, esta pesquisa firmou uma compreensão na divulgação baseada em julgamento, visto que será analisado se informações reportadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas atendem às orientações das normas internacionais, considerando o comportamento dos seus preparadores no que diz respeito à escolha das informações relevantes, bem como a qualidade da informação contábil nas Notas Explicativas, após a revisão da norma contábil internacional *Conceptual Framework*.

Em relação ao julgamento e a decisão de divulgar ou não uma informação, Souza et al. (2020) pesquisaram os aspectos comportamentais que podem gerar vieses nos julgamentos e decisões dos preparadores das demonstrações com base nas normas internacionais. Os autores concluíram que pode haver influências comportamentais no processo de julgamento e tomada de decisão dos preparadores, mais especificamente, julgamentos baseados em expressões de incerteza que são constantes nos padrões contábeis emitidos pelo IASB, acerca de eventos futuros incertos.

2.2 EVOLUÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E A QUALIDADE DA INFORMAÇÃO DIVULGADA EM NOTAS EXPLICATIVAS

O processo de convergência foi uma consequência da necessidade de uniformizar a linguagem contábil que já estava sendo praticada em diversos países. Nesse sentido, Santos et al. (2014) afirmam que um bom entendimento das informações contábeis é consequência da clareza das normas, pois diferentes interpretações diminuem a credibilidade dessas

informações. Para atender essa necessidade, em 2001, foi criado o IASB, em substituição à outra organização internacional antecessora, chamada *International Accounting Standards Committee* (IASC), que objetiva desenvolver um modelo único de normas contábeis internacionais para permitir a transparência e comparabilidade na elaboração de demonstrações contábeis e para atender aos públicos interessados nessas demonstrações. Essas novas normas são denominadas *International Financial Reporting Standards* (IFRS), que têm como objetivo a harmonização das demonstrações contábeis (IFRS, 2021).

Em 2008, começaram a ser divulgadas as primeiras normas, logo após a promulgação da Lei n.º 11.638, de 28 de novembro de 2007, que alterou e revogou dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Brasil, 2007). Dessa maneira, as mudanças contábeis, trazidas pela convergência que foi concebida de forma gradativa com o padrão internacional no Brasil, precisavam ser detalhadas, conforme exigido pela IAS 1 aos seus usuários, por meio das Notas Explicativas, pois esclareciam as informações quantitativas apresentadas nos relatórios financeiros e acrescentavam elementos qualitativos ligados ao processo decisório.

Segundo Ribeiro et al. (2016), a convergência possibilitou que a normatização contábil deixasse de ser grandemente baseada em regras, para a ser baseada em princípios. De acordo com esses autores, o Brasil se utilizava de padrões guiados por regras. Contudo, a adoção das IFRS exige um maior nível de julgamento do profissional contábil. Concluem que, a despeito de cenários divergentes, durante o processo de convergência, não houve perda em relação à comparabilidade dos relatórios financeiros. No ano de 2011, foi emitida a norma *Presentation of Financial Statements* (IAS 1), que apresentou diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo, além de conceitos como os da relevância e da materialidade (IASB, 2011).

Especificamente sobre as Notas Explicativas, a norma menciona que essas devem: (i) apresentar as bases para a elaboração das demonstrações contábeis e as políticas contábeis específicas utilizadas; (ii) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações que não tenham sido apresentadas em outras demonstrações; (iii) fornecer informações complementares que não foram apresentadas nas demonstrações, mas que sejam relevantes.

Após a discussão em diversos fóruns, o IASB revisou a norma contábil internacional – *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Dentre as mudanças realizadas, está o conceito de materialidade. A partir dessa publicação, além das informações omitidas ou erradas, são consideradas também como materiais aquelas que deixaram de ser divulgadas, ou seja, definidas pela norma como “ocultas”. De certo modo, essas informações ou a falta delas devem

influenciar de forma razoável as decisões de seus principais usuários para serem materiais (IASB, 2018).

Em função do aumento da complexidade das transações e dos eventos econômicos nas demonstrações contábeis, a Associação Europeia de Relatórios Financeiros – *European Financial Reporting Advisory Group* (EFRAG)– promoveu um fórum de discussão a respeito do tema em 2012, resultando na minuta inicial da norma contábil– *Towards a Disclosure Framework for the Notes*. O principal objetivo do fórum era sugerir a elaboração de uma estrutura de divulgação como prioridade, propondo, dessa maneira, aumentar a qualidade das informações apresentadas nas Notas Explicativas. Ainda, segundo essa Associação, a transformação das informações divulgadas em Notas Explicativas foi motivada pelos seguintes fatores: (i) aumento no nível de complexidade das transações e eventos econômicos; (ii) dificuldade da aplicação do conceito de materialidade para as informações divulgadas nas Notas Explicativas; (iii) utilização de *checklists* de divulgação; e (iv) curto tempo para a emissão dos relatórios (EFRAG, 2012).

No ano seguinte, o IASB divulgou o documento no fórum intitulado *Discussion Forum – Financial Reporting Disclosure*, no qual reportava diversas manifestações de usuários, preparadores e auditores a respeito de dificuldades relativas à qualidade das Notas Explicativas. Além disso, foi criado um grupo para discutir, mais especificamente, na *Disclosure Initiative*. Adicionalmente, o IASB também divulgou o *staff paper* sobre o projeto de *Disclosure Initiative sobre Materiality* (IASB, 2013). Diante do mesmo foco, em 2014, o mesmo órgão emitiu o *exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, com o objetivo de introduzir modificações no IAS 1 (IASB, 2014).

À época, o órgão concluiu que a materialidade não estava sendo bem aplicada na prática, em função da falta de clareza nas orientações emitidas no IAS 1, sugerindo eventuais mudanças nos itens que tratavam sobre a materialidade. Por fim, recomendaram a criação de projeto para avaliar as orientações existentes sobre a materialidade nas demais normas. Seguindo a tendência de pesquisa, a organização estadunidense, *Financial Accounting Standards Board* (FASB), em março de 2014, emitiu um *Proposed Statement of Financial Accounting Concepts, Conceptual Framework for Financial Reporting, Chapter 8: Notes to Financial Statements*, chamado Estrutura Conceitual para a Emissão das Notas Explicativas (Financial Accounting Standards Board [FASB], 2014).

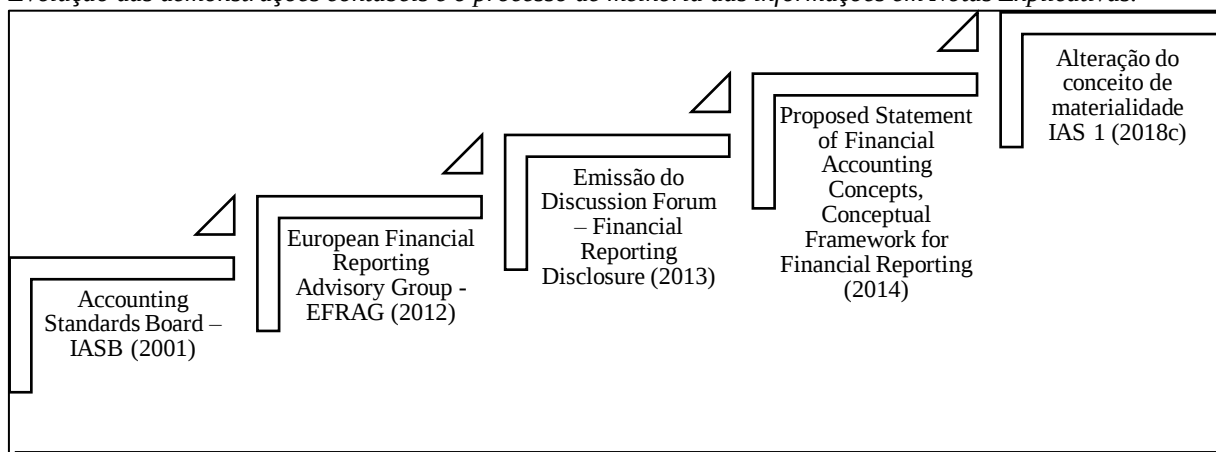
Com a finalidade de facilitar o julgamento sobre a materialidade, em 2018, o IASB revisitou o conceito correspondente, dado que algumas empresas tiveram dificuldades em usar

a definição que estava em vigor, ao julgar se as informações eram materiais para inclusão nas demonstrações financeiras (IASB, 2018).

A ordem cronológica dos principais marcos envolvendo a evolução das demonstrações contábeis e o processo de melhoria das informações em Notas Explicativas está demonstrado na Figura 1.

Figura 1.

Evolução das demonstrações contábeis e o processo de melhoria das informações em Notas Explicativas.



Fonte: Tricarico e Santos (2021).

Após análise da Figura 1, percebe-se que há uma preocupação permanente dos órgãos reguladores nacionais e internacionais em promover fóruns voltados para o processo de melhoria da qualidade das informações contábeis, a fim de retratar informações mais adequadas aos seus usuários finais. A inquietação que permeava há alguns anos e os debates promovidos sobre a quantidade de informações dispostas nas demonstrações contábeis motivou pesquisadores sobre o tema.

Dessa maneira, Santos et al. (2014) estudaram o tamanho das demonstrações contábeis, já que havia preocupações sobre o fato de as demonstrações contábeis estarem se tornando cada vez maiores e mais onerosas para as empresas. Os autores concluíram que houve uma evolução normativa que resultou em um acúmulo de exigências de divulgação, não havendo, portanto, uma revisão sobre a sua utilidade e materialidade, afetando diretamente a qualidade informacional. O entendimento é no sentido de que as Notas Explicativas devem contribuir para o processo de melhoria na qualidade das informações contábeis e que atendam às necessidades dos usuários em determinado momento (Iudícibus et al., 2000).

É nesse ambiente que emergem as discussões desta pesquisa, que vão desde a observância das informações relevantes divulgadas pelas companhias petrolíferas, sob a ótica

dos conceitos de materialidade e de relevância definidos pelas normas do IASB, até a melhoria da qualidade das informações contábeis, após a revisão do conceito de materialidade pontuado na norma *Conceptual Framework*.

Ressalta-se que, no contexto brasileiro, foi emitido o OCPC 07, que trouxe requisitos para a elaboração e evidenciação que devem ser atendidos pelas entidades ao divulgar suas demonstrações contábeis, principalmente em relação às informações dispostas nas Notas Explicativas. Na pesquisa de Santos et al. (2019), foi constatada uma redução média de 10% no tamanho das Notas Explicativas após dois anos de vigência da orientação técnica. Contudo, esse enxugamento não foi generalizado, mas identificado apenas em empresas do Novo Mercado e auditadas por duas das *Big Four*³.

2.3 PESQUISAS RELACIONADAS À MATERIALIDADE E À RELEVÂNCIA NAS NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são parte integrante e obrigatória das demonstrações contábeis, contribuindo para um melhor entendimento das informações divulgadas. Não obstante, conforme explicita Gomes et al. (2019), o processo de elaboração das Notas Explicativas não é algo trivial e nem rigidamente padronizado, deixando a cargo dos preparadores o julgamento de como, quando e o que deve ser divulgado.

Segundo a norma contábil internacional, *Conceptual Framework for Financial Reporting*, a relevância é uma característica qualitativa fundamental, assim como a representação fidedigna. A explicação é no sentido de considerar informações que devem fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. Além disso, precisam ter um valor preditivo, confirmatório, ou os dois. Quanto à materialidade, ela é um aspecto de relevância específico da entidade com base na natureza ou magnitude, ou ambas, dos itens aos quais as informações se referem no contexto das demonstrações contábeis. A Estrutura Conceitual complementa, mencionando que não há como especificar um limite quantitativo uniforme para materialidade ou predeterminar o que pode ser material em uma situação específica, ou seja, fica a cargo dos preparadores a determinação do que deve ou não ser divulgado (IASB, 2018).

Entretanto, o IAS 1 detalha, em seu item 31, que a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica se não for material, todavia se deve observar a necessidade de publicar informações adicionais não exigidas em normas, se essas forem consideradas materiais (IASB,

³ São as quatro maiores empresas de auditoria contábil.

2011). Esse item também foi discutido e inserido na minuta inicial da norma contábil, *Exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*, a qual motivou a sua alteração.

Para entender a essência do conceito de materialidade, Edgley (2014) estudou a genealogia da materialidade contábil. A autora defende que a materialidade foi constituída como múltiplas categorias de conhecimento, com papéis divergentes, tais como: (i) responsabilidade moral de proteger o capital material dos investidores; (ii) uma solução para o problema das auditorias, que é usado de uma maneira simplista, ou seja, apenas para nortear o trabalho dos auditores; (iii) uma base epistêmica sólida para relatórios financeiros; (iv) uma técnica científica para padronizar decisões e impedir litígios; (v) uma regra quantitativa; e, também, (vi) por um conceito de gestão de riscos com foco em sistemas e governança.

Nas várias abordagens sobre o tema, Ruberto e Alves (2016) analisaram as características qualitativas, dentre elas a relevância, na divulgação informacional em Notas Explicativas das dez maiores empresas brasileiras apontadas no *ranking* de 2015 da Forbes. Eles compararam o que estava definido nas políticas contábeis dessas empresas com as informações contidas nas Notas Explicativas. Nesse cenário, os autores auferiram que todas as informações prestadas possuem caráter relevante, evidenciando um fator essencial na elaboração das Notas Explicativas.

De tal forma, Camargo e Alberton (2015) estudaram as características das pesquisas científicas sobre o tema. Por meio de uma análise bibliográfica, eles concluíram que, embora a materialidade envolva tanto os aspectos quantitativos quanto qualitativos, há poucos estudos envolvendo as duas abordagens. Outro ponto avaliado na pesquisa é que há dúvidas relatadas pelos usuários quanto às avaliações de materialidade quando comparadas às realizadas pelos auditores. Por fim, buscou-se um entendimento sobre a segurança quanto às bases utilizadas pelos auditores e preparadores. A conclusão foi que os usuários desejariam receber mais informações sobre a materialidade aplicada.

Segundo Borges e Rech (2019), o conceito da relevância é ofuscado devido às práticas não revisitadas para o preparo das demonstrações contábeis. Para a elaboração dos relatórios, há os reguladores que focam mais na inclusão de dados, em vez de exclusão; também os auditores que seguem manuais e *checklists* que, por muitas vezes, trazem informações não relevantes ou não aplicáveis àquela entidade; e, por fim, os investidores, que exigem sempre mais informações adicionais sobre o negócio. Os autores concluíram que as consequências são Notas Explicativas confusas e com alto custo de preparo.

De forma complementar, D'Adduzio (2020) apresentou dados para a baixa materialidade, ou seja, valores abaixo de 0,5% dos ativos. Sua avaliação foi baseada nas informações quantitativas dos relatórios anuais. A autora auferiu que a decisão em divulgar dados imateriais está positivamente associada com incerteza macroeconômica, risco de litígio no nível da empresa e aversão ao risco no nível de gerência, mas não com o incentivo de um gerente para ofuscar informações.

Segundo Campos e Rover (2016), há uma percepção de que a conversão para as normas internacionais de contabilidade aumentou a quantidade de informações divulgadas, pois há a exigência de um maior detalhamento. Todavia, o aumento da quantidade de informações não acarreta, necessariamente, o aumento da qualidade delas, o que pode levar à aplicação incorreta dos conceitos de relevância e materialidade das informações. Nessa circunstância, a organização estadunidense, FASB, já havia se manifestado no sentido de que a preocupação não é necessariamente com o volume de divulgação, mas a qualidade das informações que podem obstruir a capacidade dos investidores de identificar as informações relevantes para suas decisões (FASB, 2014).

A fim de alinhar os conceitos à prática, Pinheiro e Boscov (2015) estudaram a aplicação do conceito de materialidade nas informações divulgadas em Notas Explicativas nas companhias do segmento de transporte rodoviário listadas na B3, concluindo que entre 27% e 33% das informações poderiam ter sido excluídas com base nos critérios de materialidade estabelecidos, sem o comprometimento da qualidade do documento. Esse levantamento contribui para o entendimento de que as empresas à época estavam divulgando informações sem observar o item 31 da norma CPC 26 (alterado pela revisão do CPC 08) (CPC, 2011), o qual orientava que as companhias não precisam divulgar informações que não sejam materiais.

Corroborando com essa análise, Martins (2016) selecionou demonstrações divulgadas em 2015 de 25 empresas participantes do Prêmio Transparência Anefac/Fipecafi/Serasa, o qual determinou como critério para a materialidade os percentuais acima de 1,5% do total do ativo, 2,5% do total do patrimônio líquido e 10% do valor do lucro líquido em comparação com as próprias demonstrações contábeis. Seu levantamento resultou nos seguintes dados: (i) 20% das linhas do balanço e na demonstração de resultados são sobre valores irrelevantes; (ii) no fluxo de caixa, 43% das linhas apresentam valores irrelevantes; (iii) nas Notas Explicativas, o percentual chegou a 35%, com valores inferiores ao estabelecido como material.

Seguindo nessa mesma linha de pesquisa, Castro et al. (2019) analisaram companhias industriais brasileiras do segmento de alimentos processados listadas na B3, concluindo por

uma elevada proporção de itens que não atendiam à materialidade estabelecida para o estudo de 1% da Receita Líquida nas demonstrações contábeis, entre os anos de 2010 e 2016.

Nessa circunstância, Rainero et al. (2020) argumentam que, embora a materialidade ser expressa usando limites de porcentagens como valores bases, deve-se pontuar a falta de consenso em determinar padrões para os limites de materialidade entre auditores, preparadores e usuários, indicando a necessidade de diretrizes para sua aplicação. Consolidando esse entendimento, ressalta-se o estudo de Torelli et al. (2020). Esses autores investigaram a relação entre as partes interessadas com o nível de aplicação da materialidade nos relatórios não financeiros publicados para o exercício de 2017 de empresas italianas. A conclusão foi que, para atingir altos níveis de implementação da materialidade, é fundamental que haja uma relação estreita entre os *stakeholders* e as empresas.

Assim, a discussão sobre a qualidade das informações nas Notas Explicativas é permeada pela aplicação dos conceitos de relevância e materialidade e vem despertando a atenção de acadêmicos desde a implantação das normas contábeis. As Tabelas 1 e Tabela 2 apresentam um panorama sobre o estado da arte da pesquisa envolvendo Notas Explicativas, relevância e materialidade.

Tabela 1

Pesquisas qualitativas sobre a qualidade das informações divulgadas em Notas Explicativas

Autor(es)	Objetivo da pesquisa	Conclusão
Dantas et al. (2005)	Avaliar a dualidade entre os benefícios do <i>disclosure</i> e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação.	A evidenciação (<i>disclosure</i>) contábil transcende o conceito de divulgação, estando relacionado também à capacidade de transmitir informações relevantes com qualidade, oportunidade e clareza, possibilitando a perfeita compreensão, por parte dos usuários, da verdadeira situação que se pretende relatar, o que potencializará a capacidade de avaliação preditiva.
Souza et al. (2013)	Verificar a forma pela qual determinadas práticas contábeis foram apresentadas pelas empresas antes e após o processo de harmonização da contabilidade brasileira aos padrões internacionais. Aborda, para tanto, as informações contábeis referentes aos anos de 2007 e 2010 de empresas pertencentes a cinco diferentes setores econômicos, listadas na BM&FBovespa.	A partir das análises efetuadas, é possível verificar expressivas alterações nas formas pelas quais as práticas contábeis foram adotadas pelas empresas dos cinco setores analisados, nos dois anos abordados. Concluindo que há maior evidenciação de informações que podem auxiliar os usuários a compreender a forma de preparação das informações publicadas.
Camargo e Alberton (2015)	Estudar a percepção dos usuários sobre materialidade considerada nas demonstrações contábeis.	A avaliação da materialidade envolve tanto aspectos quantitativos como qualitativos, poucos estudos consideram essas duas abordagens em conjunto. As pesquisas sobre o tema são mais voltadas para os aspectos

Autor(es)	Objetivo da pesquisa	Conclusão
		quantitativos da materialidade, possuindo como medida mais utilizada o lucro.
Jorissen (2015)	Julgar a linguagem contábil confiável que depende de um conjunto de normas contábeis de alta qualidade.	Para atingir os objetivos, dependem da capacidade das instituições formais para apoiar e fazer cumprir as normas contábeis, a fim de garantir que esses números são confiáveis.
Eilifsen e Messier Jr. (2015)	Examinar o conceito de materialidade aplicado nas 8 maiores empresas públicas dos EUA.	A materialidade é um conceito-chave para auditores, gerentes e usuários de demonstrações financeiras. Para o auditor, é uma questão de julgamento profissional e é afetada pela percepção sobre as necessidades de informação financeira dos usuários das demonstrações financeiras.

Fonte: Elaboração própria.

Tabela 2

Pesquisas quantitativas sobre a qualidade das informações divulgadas em Notas Explicativas

Autor(es)	Objetivo da pesquisa	Conclusão
Coelho et al. (2011)	Verificar os achados e resultados de artigos publicados em periódicos internacionais que tratam do impacto dos IFRS sobre a qualidade da informação contábil.	Os IFRS são positivos para qualidade da informação contábil, pois comparando os impactos positivos com os negativos observados na pesquisa, o positivo se sobrepôs.
Campos e Lemes (2013)	Abordar como os cursos de Ciências Contábeis das Universidades Públicas Brasileiras preparam seus alunos para a elaboração de Notas Explicativas.	Não há um modelo “ideal” a ser seguido pelas universidades para o ensino das Notas Explicativas.
Pinheiro et al. (2017)	Avaliar a materialidade aplicada para a divulgação de informações nas Notas Explicativas.	A falta de uma definição operacional para o seu cálculo, sendo que os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas corroboram mais para que o julgamento do contador determine o que é ou não material, ao invés de estabelecerem guias práticos para a sua aplicação.
Edgley (2014)	Questionar a construção do conceito de materialidade sob a ótica de Foucault (1986), Bartleson (1995) e Hacking (2004).	O significado não se desenvolveu continuamente ao longo do tempo, mas tem sido secundário, dependente de acontecimentos no ramo da auditoria, percepções das necessidades dos investidores, condições econômicas e escândalos financeiros.
Castro et al. (2019)	Investigar o atendimento aos critérios quantitativos de materialidade de informações incluídas nas demonstrações contábeis e nas Notas Explicativas.	Houve uma elevada proporção de itens que não atendem à materialidade de 1% da Receita Líquida nas demonstrações contábeis do período. O Balanço Patrimonial foi o demonstrativo que apresentou as mais altas proporções de informações não materiais, com uma média de 35%, seguido pela Demonstração do Valor Adicionado, com 34%, e pela Demonstração de Fluxos de Caixa, com 32%, enquanto a Demonstração do Resultado do Exercício assinalou as

		proporções mais baixas, com uma média de 27%.
Torelli et al. (2020)	Investigar, por meio de uma análise manual de conteúdo e das lentes dessas teorias, a relação entre o engajamento das partes interessadas (considerando seus diferentes tipos e grupos com foco em diferentes indústrias e nas principais diretrizes internacionais que o promovem) e o nível de aplicação do princípio da materialidade nos relatórios não financeiros publicados para o exercício de 2017 pelas empresas italianas "entidades de interesse público".	Sem um grande engajamento direto das partes interessadas, as empresas não são capazes, na maioria dos casos de alcançar altos níveis de implementação da materialidade.
Mio et al. (2020)	Investigar e testar empiricamente se a abordagem de materialidade do Relatório Integrado é inerentemente diferente da abordagem de materialidade do Relatório de Sustentabilidade, e se os dois levam à identificação de diferentes tópicos materiais.	Concluíram, por meio de uma análise de conteúdo, que os temas materiais identificados no Relatório de Sustentabilidade são significativamente diferentes dos temas materiais identificados no Relatório Integrado.

Fonte: Elaboração própria.

Conforme demonstrado nas Tabelas 1 e 2, as diversas abordagens confirmam que as pesquisas sobre o tema não são exaustivas, podendo, inclusive, serem ampliadas no sentido de estudar outros setores econômicos de grande destaque, bem como avaliar as informações divulgadas sob a ótica da materialidade e da relevância em outros relatórios emitidos pelas entidades, além dos financeiros. Entretanto, ressalta-se também a importância de se avaliar a quantidade de informações que costumam ser divulgadas, além de apurar os fatos que motivaram esse processo, objetivos centrais desta pesquisa.

2.4 HIPÓTESES DE PESQUISA

A temática proposta por este trabalho foi avaliar se a quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado na norma contábil *Conceptual Framework*, bem como entender quais características das empresas estudadas podem explicar a divulgação de itens não materiais. Sendo assim, observa-se o IAS 1, especificamente em seu item 31, no sentido de que a entidade não precisa fornecer uma divulgação específica se não for material (IASB, 2011). Todavia, deve-se observar a necessidade de publicar informações adicionais não exigidas em normas, se essas forem consideradas materiais. Associado a isso, tem-se uma incerteza se a quantidade de itens

imateriais divulgados, nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, reduziu após a alteração do conceito de materialidade.

Sob essa perspectiva, optou-se por adotar os parâmetros utilizados por Martins (2016), o qual usou o percentual de 1,5% do Ativo, 2,5% do Patrimônio Líquido e o parâmetro utilizado por Castro et al. (2019) de 1% da Receita, visando a definição das informações consideradas irrelevantes/imateriais, divulgadas nas Notas Explicativas, referente aos itens do Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício. Portanto, de acordo com as metodologias utilizadas com base em métricas para inferir a quantidade dos itens imateriais que foram divulgados nas Notas Explicativas e seus quadros auxiliares, no pressuposto de que, com a revisão das orientações sobre materialidade, é esperado que as empresas, especificamente as petrolíferas, divulguem apenas as informações consideradas materiais e, conseqüentemente, relevantes.

Dado o contexto, Malaquias e Silveira (2020), que estudaram o nível de facilidade de leitura de relatórios escritos em português, concluíram que o tamanho das Demonstrações Contábeis está associado à facilidade de leitura, inferindo que relatórios maiores apresentam menor legitimidade. Posto isso, estabeleceu-se a hipótese H₁ de pesquisa para avaliar se o tamanho das Notas Explicativas reduziu após a revisão do conceito de materialidade.

H₁: Houve redução na diminuição da divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB.

Na sequência, busca-se relacionar algumas características que possam ajudar a compreender a divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas. Com a finalidade de capturar a sensibilidade entre o risco de litígio e a quantidade de informações imateriais, foi desenvolvida a hipótese H₂, que se baseou nos achados de Holanda (2015), no qual objetivou a avaliação entre a materialidade das informações, a origem legal dos países, e o nível de cumprimento dos requisitos de divulgação preconizados na IAS 24 – Partes Relacionadas.

De acordo com a autora, empresas localizadas em países de origem legal *commom law*, tendem a apresentar *disclosure* de maior relevância. Por outro lado, empresas sediadas em países *code law* tendem a divulgar mais informações nem sempre relevantes, incentivadas a evitar risco de litígio.

H₂: O sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais.

Em relação aos anos de gestão do presidente da empresa (CEO), pesquisas precedentes, como a de Vargas *et al.* (2020), propõem uma avaliação associando os anos de mandato com a quantidade de itens imateriais. Dessa forma, foi desenvolvida uma hipótese, a fim de inferir sobre a influência do CEO na divulgação de itens imateriais sob o pressuposto da predisposição de CEO em início de mandato em se expor mais ao mercado para se fazer mais conhecido junto aos *stakeholders* e detalhar sua gestão, inclusive para mitigar um possível risco de desligamento (D'Adduzio, 2020). Desse modo, a hipótese foi no sentido de estabelecer de quanto mais tempo no cargo é esperada uma menor divulgação de itens imateriais. A hipótese investigada é a que segue.

H₃: Empresas petrolíferas que possuem CEO, com mais tempo de mandato, divulgam menos informações imateriais em suas Notas Explicativas.

Sob o aspecto do desempenho empresarial, Monteiro et al. (2021) afirmam que há evidências de que os gestores podem reduzir a legibilidade das informações nos relatórios com o objetivo de ofuscar informações, quando suas empresas não apresentam o desempenho esperado para aquele período. Ou seja, o baixo desempenho empresarial afeta a quantidade de itens imateriais divulgados (D'Adduzio, 2020). Nesse sentido, a hipótese H₄ tem a seguinte formulação:

H₄: Empresas petrolíferas, com baixo desempenho empresarial, divulgam mais informações imateriais em suas Notas Explicativas.

Para Monteiro et al. (2021), há uma relação significativa e positiva entre empresas de grande porte e a legibilidade das informações, pois possuem maior necessidade de divulgar informações com maior grau de qualidade aos usuários externos. Segundo Holanda (2015), empresas maiores sofrem pressões por parte dos usuários das informações e do mercado de capitais, levando-as a divulgar uma quantidade excessiva de informações em Notas Explicativas. Portanto, desenvolveu-se a seguinte hipótese:

H₅: Empresas petrolíferas maiores divulgam mais informações imateriais em suas Notas Explicativas.

3 METODOLOGIA

3.1 CARACTERIZAÇÃO DO ESTUDO

A pesquisa possui abordagem quantitativa, baseando-se no modelo econométrico e na análise de dados secundários (Torini et al., 2016), visto que se utiliza de informações publicadas nas demonstrações contábeis. A definição das características para a amostra possibilita também uma análise comparativa entre as empresas.

Ela classifica-se como descritiva, uma vez que o propósito é registrar e descrever uma determinada população sem interferir nela, conforme explicam Prodanov e Freitas (2013), nesse caso, o comportamento das empresas petrolíferas. Esta pesquisa também se classifica como documental, devido ao procedimento de coleta das informações, que foram extraídas das demonstrações contábeis dessas empresas.

3.2 SELEÇÃO DA AMOSTRA

A população alvo do estudo compreendeu todas as empresas listadas no S&P *Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings*, em outubro de 2021. Esse *ranking* é elaborado com base no valor patrimonial, receitas, lucros e retorno sobre o capital investido das empresas no ano de 2020 (Standard & Poor's Global [S&P GLOBAL], 2021).

Ressalta-se que o *ranking* também distingue o melhor desempenho em nove subcategorias do setor. A sua segregação é composta de empresas de carvão e combustíveis consumíveis, utilidade diversificada, utilidade elétrica, exploração e produção, utilidade de gás, produtores independentes de energia, petróleo e gás integrados, refino e *marketing*, armazenamento e transferência. Para este estudo, foram escolhidas empresas classificadas nas subcategorias de Empresas de Petróleo e Gás Integradas e Empresas de Exploração e Produção, conforme apresentado na Tabela 3.

Tabela 3

Composição da amostra

Subcategoria	Quantidade
Empresas de Petróleo e Gás Integradas	27
Empresas de Exploração e Produção	10
Número de Empresas	37

Fonte: S&P Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings (2021).

O estudo compreendeu os três anos anteriores à revisão do conceito de materialidade divulgado na norma contábil, *Conceptual Framework*, (2015, 2016 e 2017), o próprio ano da revisão (2018) e três anos posteriores (2019, 2020 e 2021), de modo a ser possível verificar o comportamento das empresas da amostra sobre a divulgação das informações contábeis. Adicionalmente, verificou-se a nacionalidade das empresas, de acordo com o país sede, no sentido de selecionar somente aquelas que divulgam as informações com base nas IFRS. Por fim, examinou-se, na base *Evaluate Energy*, o ano de convergência para que fossem selecionadas somente demonstrações contábeis do período analisado, como indicado na Tabela 4 (Evaluate Energy, 2022).

Tabela 4

Nacionalidade e ano de convergência

Empresas	Nacionalidade	Ano de convergência
OMV Aktiengesellschaft	Áustria	2005
Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás	Brasil	2010
Total Energies SE	França	2002
Royal Dutch Shell p.l.c.	Reino Unido	2002
BP p.l.c.	Reino Unido	2002
Equinor ASA	Noruega	2002
Repsol S.A.	Espanha	2002
Suncor Energy Inc.	Canadá	2011
MOL Hungarian Oil & Gas Co	Hungria	2002
Cenovus Energy Inc.	Canadá	2011
Galp Energia, SGPS, S.A.	Portugal	2002
Canadian Natural Resources Ltd.	Canadá	2011
Tourmaline Oil Corp	Canadá	2011
Lundin Energy AB (publ)	Suécia	2002

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados foram coletados nos próprios *sites* das empresas e foi realizada durante o mês de junho de 2022, sendo selecionadas as demonstrações contábeis findas entre os anos de 2015 e 2021. Trata-se de uma amostragem intencional não probabilística, conforme Martins e Théophilo (2007). O número de empresas utilizadas na amostra foi definido conforme descrito na Tabela 5.

Tabela 5

Composição da amostra

Detalhamento	Dado por empresa	Quantidade total
Amostra conforme a S&P <i>Global Platts Top 250</i>	37	259
(-) Demonstrações de empresas não optantes pela IFRS	(18)	(126)
(-) Demonstrações não disponibilizadas nos <i>sites</i> das empresas/excluídas	(5)	(35)
Número de demonstrações financeiras (Observações) Empresa x Anos	14	98

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 5 expõe o número final de Demonstrações Financeiras utilizadas no estudo, composta por 14 empresas de Petróleo, Gás e Energia para 7 anos completos (2015 a 2021). Por meio desse levantamento, foram retiradas as empresas que apresentavam demonstrações com base em outras normas, que não as IFRS, pois não atendem ao perfil proposto para esta pesquisa, perfazendo um total de 126 observações. Na sequência, também foram desconsideradas as empresas que apresentaram a divulgação das demonstrações de forma incompleta, totalizando 35 observações. Conforme demonstrado, após todas as eliminações, chegou-se a uma amostra com 98 observações.

3.3 COLETA E TRATAMENTO DOS DADOS

Para a primeira etapa desta pesquisa, realizou-se uma análise inicial das demonstrações contábeis utilizando o programa Adobe Acrobat Pro (64-bit), o qual permitiu (i) a contagem do número de páginas; e (ii) o levantamento dos itens imateriais nas Notas Explicativas. Na sequência, foi realizada a conversão de todos os arquivos do Adobe Acrobat Pro para o Microsoft 365 Word. Essa operação permitiu a contagem dos caracteres contidos nas Notas Explicativas, por meio da ferramenta *Word Counter* (Contagem de Palavras) do Microsoft Word, considerando a contagem dos caracteres (sem espaços) e incluindo as informações contidas nas caixas de texto, notas de rodapé e notas de textos.

O objetivo desse procedimento inicial foi investigar o comportamento das Notas Explicativas das empresas da amostra em termos de tamanho, por meio da quantidade de páginas e caracteres e divulgação de itens imateriais, no período de 2015 a 2021. Os dados obtidos foram tratados e analisados, tendo por base a utilização da estatística descritiva.

A segunda etapa da pesquisa contemplou análises econométricas aos dados coletados, com a utilização do *software* estatístico Gretl 2021b. A operacionalização se deu por meio da aplicação da técnica de regressão linear múltipla com dados em painel balanceado (Gujarati,

2006). Fávero (2013) julga que os estudos das áreas de contabilidade e finanças tendem a utilizar modelos econométricos para dados em painel. A adoção dessa metodologia é adequada, dado que o presente trabalho utiliza dados relativos de um número de empresas (quatorze) que são observadas ao longo de diferentes períodos (sete anos). Para as análises, utilizou-se os níveis de significância normalmente utilizados, ou seja, 1%, 5% e 1% de significância.

Os dados coletados permitiram a mensuração da variável dependente, derivada da utilização dos percentuais utilizados no estudo de Martins (2016) e Castro et al. (2019) para a identificação dos itens considerados irrelevantes, quais sejam: itens divulgados nas Notas Explicativas com valores abaixo de 1,5% do Ativo Total, 2,5% do Patrimônio Líquido ou 1% da Receita. Com isso, a variável dependente possui três dimensões: (i) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre o Ativo Total (IMatAT); (ii) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre o Patrimônio Líquido (IMatPL); e (iii) quantidade de itens imateriais com base no percentual estabelecido sobre a Receita (IMatRec).

Importante destacar que, a despeito da determinação de percentuais usados nesta pesquisa, a base normativa existente não estabelece quais seriam os critérios quantitativos a que preparadores de demonstrações contábeis deveriam utilizar, sendo uma questão de julgamento, como discutido anteriormente. Assim, o tratamento realizado para a variável dependente constitui uma limitação da pesquisa. Apesar disso, D'Adduzio (2020) pontua que medidas percentuais e/ou logarítmicas são boas fontes de informação, pois, por meio delas, é possível examinar o comportamento de valores menores em relação aos valores maiores.

3.4 ESPECIFICAÇÃO DOS MODELOS ECONÔMICOS

A fim de atender à proposta deste estudo e de observar os efeitos, ao longo de um período, da relação existente entre a quantidade de itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas e fatores endógenos e exógenos, baseados na literatura, determinou-se as seguintes variáveis independentes: período após a aplicação do novo conceito de materialidade; quantidade de caracteres; risco de litígio; mandato do CEO; retorno sobre o ativo; e tamanho da empresa.

Para verificar se as empresas assimilaram o novo conceito de materialidade, foi utilizada uma variável *dummy* (DMAT) que assume “0” para os anos anteriores à revisão do conceito de materialidade da norma contábil, *Conceptual Framework*, (2015, 2016 e 2017) e “1” para 2018 e os demais anos após a revisão (2019, 2020 e 2021). Para isso, espera-se que haja uma relação

negativa ($\beta_1 < 0$), de modo que no período após a revisão do conceito, menos itens imateriais deveriam ser divulgados pelas empresas, visando atender à orientação estabelecida na norma e selecionando com mais critério as informações que devem ser publicadas.

Adicionalmente, baseado no estudo de Castro *et al.* (2019), estabeleceu-se uma variável descritiva relacionada à quantidade de caracteres divulgada nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, que foi calculada com base no recurso *Word Counter*. A variável foi tratada utilizando-se logaritmo (LnCarac). A expectativa é por uma relação positiva ($\beta_2 > 0$), em que quanto menor o número de caracteres, menor a divulgação de itens imateriais.

Os resultados obtidos com as variáveis DMAT e LnCarac foram utilizados para avaliar a hipótese H_1 , de que houve redução da divulgação de itens imateriais.

De acordo com Holanda (2015), espera-se que empresas sediadas em países *code law* divulguem uma quantidade maior de informações imateriais em suas Notas Explicativas para mitigar eventual risco de litígio. Assim, incorporou-se uma variável *dummy* como *proxy* para o risco de litígio (DRisLit), objetivando verificar o comportamento das empresas petrolíferas sediadas nos países tipicamente de regime *code law* (mensuradas com valor 1) e *commom law* (mensuradas com valor 0). Assim, espera-se que a variável assuma uma relação positiva ($\beta_3 > 0$) e os resultados sejam utilizados para validação da hipótese H_2 .

A variável representativa do tempo de mandato dos presidentes (CEO) de empresas (CEOTenure) foi mensurada como uma *dummy*, que assume valor “1” para os presidentes que estão a cinco ou mais anos no cargo, e valor “0” caso ocorra o contrário. A relação esperada é que os presidentes de empresas petrolíferas, com mais tempo de mandato, decidam divulgar menos informações para o mercado, consequentemente, menos itens imateriais (hipótese H_3), assim como utilizado por D’Adduzio (2020), mas com uma lógica inversa, ou seja, naquele estudo, os CEOs, com mandatos mais curtos, fornecem mais informações com menor materialidade, para mitigar eventuais custos associados a não divulgação. Portanto, como a *dummy* de valor “1” refere-se a presidentes com muitos anos no cargo, o sinal esperado da variável é negativo ($\beta_4 < 0$).

No contexto das decisões empresariais, assim como em D’Adduzio (2020), para avaliar se o desempenho das empresas petrolíferas mantém relação com a quantidade de itens imateriais divulgados, adotou-se a variável retorno sobre o ativo (ROA) como *proxy* para desempenho. Assumiu-se que um baixo desempenho leva a um aumento na quantidade de itens imateriais divulgados (hipótese H_4), ou seja, uma relação negativa ($\beta_5 < 0$).

Grandes empresas estão sujeitas a um maior escrutínio por parte dos investidores, credores e *stakeholders* em geral, segundo Holanda (2015). Visando capturar a influência do

tamanho da empresa sobre a divulgação de itens imateriais e considerando as características das empresas da amostra, utilizou-se uma variável para tamanho (SIZE). Normalmente, a literatura aponta para a utilização do total do ativo como *proxy* para essa variável. Contudo, em função do setor estudado, em que as reservas petrolíferas são fundamentais para o negócio, utilizou-se a quantidade das reservas provadas de petróleo (conhecidas como reservas 1P) como *proxy* para o tamanho das empresas petrolíferas. Os dados sobre reservas foram obtidos na base *Evaluate Energy*. Como se espera que grandes empresas petrolíferas divulguem uma maior quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas (hipótese H₅), a relação esperada é positiva ($\beta_6 > 0$).

Assim, para atender o objetivo de avaliar se a quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas reduziu após a revisão do conceito de materialidade divulgado no *Conceptual Framework*, e quais são as características das empresas estudadas que podem explicar a divulgação desses itens não materiais, foi utilizado o seguinte modelo de regressão:

$$\text{IMat}_{it} = \beta_0 + \beta_1 \text{DMAT} + \beta_2 \text{LnCarac}_{it} + \beta_3 \text{DRisLit} + \beta_4 \text{CEOTenure}_{it} + \beta_5 \text{ROA}_{it} + \beta_6 \text{SIZE}_{it} + \varepsilon_{it}$$

Equação 1

A especificação das variáveis do modelo consta na Tabela 6.

Tabela 6

Variáveis

Variável	Descrição	Operacionalização	Sinal
IMatAT_{it}	Itens imateriais com base no critério do Ativo Total.	Itens imateriais divulgados e representados pela quantidade de itens menores que 1,5% do Ativo Total da empresa "i" no período "t".	N/A
IMatPL_{it}	Itens imateriais com base no critério do Patrimônio Líquido.	Itens imateriais divulgados e representados pela quantidade de itens menores que 2,5% do Patrimônio Líquido da empresa "i" no período "t".	N/A
IMatRec_{it}	Itens imateriais com base no critério da Receita.	Itens imateriais divulgados e representados pela quantidade de itens menores que 1% da Receita da empresa "i" no período "t".	N/A
DMAT	Variável para os anos em que as demonstrações contábeis foram publicadas.	Representa a <i>dummy</i> que assume valor "0" para os anos anteriores (2015, 2016 e 2017) e valor "1" para os anos seguintes (2018, 2019, 2020 e 2021) à revisão do conceito de materialidade.	(-)
LnCarac_{it}	Variável para a quantidade de caracteres das demonstrações contábeis publicadas.	Representa o logaritmo natural da quantidade de caracteres constante nas Notas Explicativas publicadas da empresa "i" no período "t".	(+)

Variável	Descrição	Operacionalização	Sinal
DRisLit	Variável para capturar os efeitos dos regimes jurídicos típicos dos países sedes das empresas em relação aos riscos de litígios.	Representa a <i>dummy</i> que assume valor “0” para os países com regimes típicos <i>commom law</i> e valor “1” para os países tipicamente conhecidos como <i>code law</i> .	(+)
CEOTenure_{it}	Variável para capturar os efeitos dos mandatos dos CEO das empresas.	Para cada empresa “i” no período “t”, representa a <i>dummy</i> que assume valor “0” nas empresas em que os CEO estão a menos de 5 anos no cargo e valor “1” nos casos de 5 anos ou mais no cargo.	(-)
ROA_{it}	Variável que representa o desempenho das empresas.	Representa o quociente entre o resultado e o total de ativos da empresa “i” no período “t”.	(-)
SIZE_{it}	Variável que representa o tamanho das empresas.	Representa o volume de reservas provadas (1P) da empresa “i” no período “t”.	(+)

Fonte: Dados da pesquisa.

A equação 1 foi utilizada em três modelos distintos, sendo um para cada uma das três variáveis dependentes, mensuradas conforme os critérios utilizados para definição dos itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, ou seja, um modelo com base no critério do Ativo Total, outro para o critério do Patrimônio Líquido e, finalmente, um modelo que utiliza o critério da Receita.

Realizou-se os testes para validação dos pressupostos básicos das regressões. Quanto ao teste de normalidade dos resíduos, apenas o modelo que utilizou o Patrimônio Líquido para mensuração da variável dependente indicou violação desse pressuposto. Contudo, valeu-se do Teorema do Limite Central (Stevenson, 2001) para aliviar esse pressuposto. Em relação à colinearidade, o teste VIF indicou 1,479 como maior valor, no caso para a variável LnCarac (número de caracteres), evidenciando o atendimento desse pressuposto.

Em relação ao teste para avaliar a existência de heterocedasticidade, os testes de White indicaram que os modelos que utilizavam o Patrimônio Líquido e a Receita para mensurar a variável dependente apresentaram violação desse pressuposto. Para correção, as regressões desses modelos consideraram os erros padrões robustos (HAC).

Por fim, realizou-se o diagnóstico para se identificar a abordagem mais apropriada para as regressões com dados em painel. Utilizou-se o teste de Chow (modelo *pooled* x modelo de efeitos fixos), o teste de Breusch-Pagan (modelo *pooled* x modelo de efeitos aleatórios) e o teste de Hausman (modelo de efeitos aleatórios x modelo de efeitos fixos) (Pindyck & Rubinfeld, 2004). Os resultados estão demonstrados na Tabela 7 e indicaram a utilização de efeitos aleatórios em todos os três modelos.

Tabela 7

Diagnóstico de painel

Modelo (proxy)	Testes	P-valor⁴	Diagnóstico
Ativo Total	Chow	0,00000	Efeitos fixos
Ativo Total	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos aleatórios
Ativo Total	Hausman	0,54502	Efeitos aleatórios
Patrimônio Líquido	Chow	0,00000	Efeitos fixos
Patrimônio Líquido	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos aleatórios
Patrimônio Líquido	Hausman	0,20263	Efeitos aleatórios
Receita	Chow	0,00000	Efeitos fixos
Receita	Breusch-Pagan	0,00000	Efeitos aleatórios
Receita	Hausman	0,32004	Efeitos aleatórios

Fonte: Dados da Pesquisa.

⁴ Foi utilizada a significância de 5% para decisão.

4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Para atender aos objetivos propostos e responder as hipóteses formuladas, são apresentados, nesta seção, os resultados obtidos por meio das análises descritivas e regressões, bem como suas respectivas análises. Inicialmente, apresenta-se a estatística descritiva, com a finalidade de verificar o comportamento da divulgação dos itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas ao longo dos anos do período amostral, com base nas variáveis dependentes, conforme dados apresentados na Tabela 8.

Tabela 8

Estatística descritiva da quantidade de itens imateriais divulgados nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas da amostra

<i>Proxy</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de itens imateriais</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>
Ativo Total	2015	172	12	10	5	8	24
Ativo Total	2016	204	15	12	5	7	23
Ativo Total	2017	190	14	14	5	6	24
Ativo Total	2018	207	15	15	6	4	27
Ativo Total	2019	227	16	17	5	6	23
Ativo Total	2020	207	15	16	5	4	22
Ativo Total	2021	223	16	16	6	4	26
<i>Proxy</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de itens imateriais</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>
Patrimônio Líquido	2015	139	11	10	4	5	20
Patrimônio Líquido	2016	165	13	10	4	8	22
Patrimônio Líquido	2017	157	12	11	4	6	19
Patrimônio Líquido	2018	169	14	14	5	4	20
Patrimônio Líquido	2019	185	13	16	5	4	21
Patrimônio Líquido	2020	161	12	14	5	2	20
Patrimônio Líquido	2021	167	13	14	5	3	20
<i>Proxy</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de itens imateriais</i>	<i>Média</i>	<i>Mediana</i>	<i>Desvio padrão</i>	<i>Mínimo</i>	<i>Máximo</i>
Receita	2015	96	7	5	5	2	20
Receita	2016	132	9	8	5	2	20
Receita	2017	128	9	9	5	3	18
Receita	2018	155	11	11	6	2	22
Receita	2019	151	11	10	6	3	22
Receita	2020	119	9	10	4	1	15
Receita	2021	165	12	13	6	3	25

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota: Ativo Total e Receita: 14 empresas; Patrimônio Líquido: 13 empresas (Lundin Energy AB foi excluída por apresentar Patrimônio Líquido negativo).

A Tabela 8 mostra a quantidade de itens imateriais apresentados nas Notas Explicativas para cada ano, conforme referenciado no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício. Nela, é possível perceber que houve uma constância dos dados para as empresas estudadas, inferindo que elas vêm divulgando praticamente a mesma quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas, ao longo dos anos.

Curiosamente, os anos de 2018 e 2019 tiveram picos de divulgação de itens imateriais, quando se esperava o contrário, ou seja, uma redução na quantidade de itens imateriais em função das orientações trazidas na revisão do conceito de materialidade. Além disso, o ano de 2020, afetado pela pandemia da Covid-19, de maneira geral, teve comportamento de queda na quantidade de itens imateriais divulgados.

Também é possível observar que as empresas divulgaram pelo menos um item imaterial nas Notas Explicativas ao longo do tempo, mostrando, na prática, que é usual a divulgação de itens imateriais, o que pode ser constatado ao observar a quantidade máxima de itens imateriais da amostra, que na maioria dos anos somou mais de vinte itens imateriais divulgados. Para corroborar essa análise, os dados da Tabela 9 apresentam o quanto das Notas Explicativas foi destinado para a divulgação de itens imateriais.

Tabela 9

Participação dos itens imateriais em relação ao total de itens divulgados nas Notas Explicativas

<i>Proxy</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de itens⁵</i>	<i>Total de Itens imateriais</i>	<i>Percentual de itens imateriais</i>
Ativo Total	2015	435	172	40%
Ativo Total	2016	483	204	42%
Ativo Total	2017	498	190	38%
Ativo Total	2018	505	207	41%
Ativo Total	2019	529	227	43%
Ativo Total	2020	530	207	39%
Ativo Total	2021	550	223	41%
Patrimônio Líquido	2015	405	139	34%
Patrimônio Líquido	2016	449	165	37%
Patrimônio Líquido	2017	462	157	34%
Patrimônio Líquido	2018	471	169	36%
Patrimônio Líquido	2019	491	185	38%
Patrimônio Líquido	2020	490	161	33%
Patrimônio Líquido	2021	511	167	33%
Receita	2015	435	96	22%
Receita	2016	483	132	27%
Receita	2017	498	128	26%
Receita	2018	505	155	31%

⁵Representa o total de itens divulgados na Nota Explicativa referente ao Balanço Patrimonial e à Demonstração dos Resultados do Exercício.

<i>Proxy</i>	<i>Ano</i>	<i>Total de itens⁵</i>	Total de Itens imateriais	Percentual de itens imateriais
Receita	2019	529	151	29%
Receita	2020	530	119	22%
Receita	2021	550	165	30%
Média		492	168	34%

Fonte: Dados da Pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 9, uma parte significativa das Notas Explicativas é utilizada para a divulgação de itens imateriais constantes no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício. A média (34%) indica que mais de um terço das Notas Explicativas são destinadas para esse fim, sendo que em alguns anos chegou a 43%, indicando que há um número elevado de itens imateriais sendo divulgados e “tomando espaço” das Notas Explicativas.

Ainda que a pesquisa de Castro et al. (2019) tenha amostra e período de estudo distinto desta pesquisa, utilizando-a como parâmetro de comparação entre o segmento petrolífero mundial e o da indústria alimentícia brasileira, eles apuraram um percentual médio de 31%, considerando Balanço Patrimonial e Demonstração dos Resultados do Exercício e indicando certa similaridade, ou seja, não necessariamente é uma característica do setor.

Corroborando o entendimento anterior em relação ao efeito da Covid-19, observa-se que a quantidade total de itens divulgados nas Notas Explicativas aumentou a partir de 2020, ano inicial da pandemia, o que era esperado. Contudo, o percentual de itens imateriais em relação ao total manteve-se estável. Conforme Bersiliera (2022), apenas como um caso exemplificativo e tratando-se de amostra distinta, o efeito da pandemia da Covid-19 nas demonstrações contábeis das empresas abertas brasileiras, em 2019, ocorreu por meio de divulgação de efeitos subsequentes em Notas Explicativas. Além disso, a autora observou que 50% das empresas optaram em realizar essa divulgação. Para o ano de 2020, a conclusão foi que 98,74% das empresas evidenciaram os efeitos da pandemia nas demonstrações contábeis. Nessa conjuntura, infere-se que a pandemia da Covid-19 não foi um fator determinante para a divulgação em excesso de itens imateriais, pois os percentuais se mantiveram constantes ao longo dos anos.

Como análise adicional, apurou-se a média anual da quantidade de páginas utilizadas nas Notas Explicativas, totalizando em 72 páginas. O resultado mostrou que, a despeito de esforços dos órgãos normatizadores para o aprimoramento dos conceitos, não houve uma diminuição na quantidade de páginas e, conseqüentemente, no tamanho das Notas Explicativas. Observou-se ainda uma queda na média de 2017 para 2018, quando passou de 73 para 70

páginas. Contudo, aumentou continuamente de 2019 a 2021, chegando-se a 78 páginas em média.

Nesse sentido, as evidências preliminares não contribuem para a aceitação da hipótese H_1 , pois não houve redução do tamanho das Notas Explicativas das empresas petrolíferas após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB.

A seguir, verifica-se que a Tabela 10 demonstra a estatística descritiva das variáveis independentes quantitativas que foram utilizadas nos modelos.

Tabela 10

Estatística descritiva das variáveis independentes quantitativas

Variável	Média	Mediana	Desvio padrão	Mínimo	Máximo
N.ºcaracteres⁶	176.559	176.450	73.014	72.935	357.319
ROA	2,29%	2,98%	5,66%	-18,10%	20,11%
SIZE⁷	4.755	2.005	5.302	173	19.663

Fonte: Dados da pesquisa.

A partir da análise da Tabela 10, é possível perceber que há uma amplitude considerável nas três variáveis independentes do modelo. Quanto ao número de caracteres, o valor mínimo foi de 72.935 e o valor máximo de 357.319, os quais se referem à empresa canadense Lundin Energy AB (publ.), país *commom law*⁸, e a espanhola Repsol S.A., país *code law*⁹. De certo modo, evidencia que o regime jurídico pode influenciar a quantidade de informações divulgadas.

Em relação ao ROA, observa-se que o mínimo apurado foi referente ao ano de 2015, quando algumas empresas apresentaram resultados negativos. Os resultados podem ser explicados em parte pela queda do preço do barril de petróleo do tipo Brent, que, para aquele ano, chegou à média de USD 54,40 (Investing.com, 2023). Por fim, a variável SIZE apresenta uma grande amplitude em empresa com reservas de 173 milhões de barris a empresas com mais de 19 bilhões de barris. Essa variação pode ser explicada em função dos tipos de empresas da amostra, ou seja, do tipo “Petróleo e Gás Integrados” e de “Exploração e Produção”.

⁶Nos modelos de dados em painel, utilizou-se o logaritmo natural do n.º de caracteres.

⁷Em milhões de barris de óleo equivalente.

⁸ Normas fundamentadas em jurisprudências e costumes.

⁹ Normas editadas pelo governo.

Tabela 11

Estatística descritiva das dummies

Variável (dummy)	Qtde. Valor “0” Frequência %	Qtde. Valor “1” Frequência %	Qtde. Total Frequência %
DMAT	42 43%	56 57%	98 100%
DRisLit	42 43%	56 57%	98 100%
CEOTenure	25 26%	73 74%	98 100%

Fonte: Dados da pesquisa.

A Tabela 11 retrata os resultados com as *dummies* propostas para a pesquisa. Observa-se que DMAT e DRisLit retornaram com percentuais de 43% para Valor “0” e de 56% para Valor “1”, concluindo que há uma uniformidade entre os dados. Todavia, CEOTenure indica que a maioria dos presidentes das empresas da amostra (74%) estão a mais de 5 anos no cargo, contra um percentual de apenas 26% para aqueles que estão a menos de 5 anos.

Sobre a correlação entre as variáveis dos modelos, de forma geral, é possível verificar indícios sobre a relação estabelecida entre as três variáveis dependentes para o número de itens imateriais (IMatAT, IMatPL e IMatRec) com as variáveis explicativas, conforme apresentado na Tabela 12.

Tabela 12

Matriz de correlação entre as variáveis do modelo

	IMatAT	IMatPL	IMatRec	DMAT	LnCarac	DRisLit	CEO Tenure	ROA	SIZE
IMatAT	-	-	-	0,1795	0,2743	0,1816	-0,0884	0,1391	0,3280
IMatPL	-	-	-	0,1352	0,1421	0,1676	0,0688	0,2322	0,3197
IMatRec	-	-	-	0,1950	0,2540	0,2590	0,0358	0,3389	0,3286
DMAT	0,1795	0,1352	0,1950	-	0,0486	0,0179	-0,2703	0,2637	-0,0002
LnCarac	0,2743	0,1421	0,2540	0,0486	-	0,2507	-0,1707	-0,0320	0,4593
DRisLit	0,1816	0,1676	0,2590	0,0179	0,2507	-	0,1206	0,1252	-0,0920
CEOTenure	-0,0884	0,0688	0,0358	-0,2703	-0,1707	0,1206	-	0,0419	-0,1159
ROA	0,1391	0,2322	0,3389	0,2637	-0,0320	0,1252	0,0419	-	-0,0206
SIZE	0,3280	0,3197	0,3286	-0,0002	0,4593	-0,0920	-0,1159	-0,0206	-

Fonte: Dados da pesquisa.

Conforme pode ser observado na Tabela 12, a maior correlação obtida foi entre a variável quantidade de caracteres (IMatRec) e a variável de tamanho (ROA), com 0,3289. Dessa maneira, é possível inferir que o modelo proposto não apresenta problemas de

multicolinearidade. Para Gujarati e Porter (2011), as variáveis são consideradas altamente correlacionadas quando os coeficientes de correlação são superiores a 0,80.

A princípio, a correlação entre as variáveis dependentes, as variáveis independentes LnCarac e a SIZE apresentam sinal conforme predito. Por outro lado, DMAT e ROA seguem comportamento inverso ao previsto. No caso de DMAT, é mais uma evidência de que não ocorreu redução do tamanho das Notas Explicativas após a revisão do conceito de materialidade, como já evidenciam as estatísticas descritivas.

Quanto às correlações da variável DRisLit, considerando IMatAT (18%) e IMatRec (26%) e da variável CEOTenure, para o caso da IMatAT (-9%), o sinal apresentado está de acordo com o desenvolvimento teórico realizado.

A seguir, na Tabela 13, são apresentados os resultados dos modelos estabelecidos para a pesquisa.

Tabela 13

Resultado das regressões com dados em painel

Variáveis	Sinal esperado	Modelo 1 (IMatAT)	Modelo 2 (IMatPL)	Modelo 3 (IMatRec)
DMAT	(-)	2,09495 ** (0,89206)	1,36898 (1,01113)	1,20986 (1,01057)
LnCarac	(+)	0,00000 * (0,00000)	0,00000 (0,00000)	0,00000 * (0,00000)
DRisLit	(+)	1,68478 (1,44648)	0,23726 (1,19647)	4,69306 ** (2,31531)
CEOTenure	(-)	1,86930 (1,22381)	1,92226*** (0,627971)	0,17404 (1,42868)
ROA	(-)	5,75002 (7,48838)	10,4137 (6,90498)	27,7540 *** 4,44587
SIZE	(+)	0,00000 (0,00036)	0,00000 (0,00032)	0,00000 (0,00038)
Constante	-	6,77950 *** (1,62041)	6,51735*** (1,34180)	1,19857 (1,86354)
R-quadrado		0,1952	0,2015	0,3093
Estatística F		6,6480***	5,0620***	10,3842***
N.º de observações		98	91	98
Modelo painel		Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios	Efeitos Aleatórios

Fonte: Dados da Pesquisa.

Nota 1: IMatAT = itens imateriais com base no critério do Ativo Total (1,5%); IMatPL = itens imateriais com base no critério do Patrimônio Líquido (2,5%); IMatRec = itens imateriais com base no critério da Receita (1%); DMAT = *dummy* que assume 0 para os anos 2015, 2016 e 2017 e valor 1 para os anos 2018, 2019, 2020 e 2021; LnCarac = logaritmo natural da quantidade de caracteres das notas explicativas; DRisLit = *dummy* que assume 0 para os países que estão sob o regime *commom law* e 1 para os países *code law*; CEOTenure = *dummy* que assume 0 para CEO com menos de 5 anos no cargo e 1 para CEO com mais de 5 anos no cargo; ROA = o retorno sobre o ativo; SIZE = volume de reservas provadas (1P).

Nota 2: significâncias dos coeficientes iguais a *** (sig. a 1%); ** (sig. a 5%) e * (sig. a 10%). Erros padrões entre parênteses.

Conforme dados apresentados na Tabela 13, não se pode afirmar que, após a alteração do conceito de materialidade, a divulgação de itens imateriais diminuiu, pelo contrário, poisas

evidências, considerando o modelo IMatAT e a *dummy* indicativa do período de interesse em investigação (DMAT), apresentaram significância e relação positiva, diferentemente do esperado, ou seja, no período pós-alteração, observa-se um aumento de 2,09495 na quantidade de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, comparando-se ao período antes da alteração normativa empregada pelo IASB. Essa evidência confirma, inclusive, a análise de correção realizada (Tabela 12).

Ainda, com escopo e período amostral distintos, pode-se observar que os resultados se alinham aos achados e às conclusões de Castro et al.(2019) de que não houve uma curva de aprendizado, no sentido de se reduzir a quantidade de itens imateriais. Ademais, esperava-se uma relação considerando o comportamento dos seus preparadores no que diz respeito à escolha das informações relevantes, em relação ao julgamento e à decisão de divulgar ou não uma informação, assim como explicado na Teoria da Divulgação (Verrecchia, 1983).

Sobre o tamanho das Notas Explicativas, analisando a *proxy* quantidade de caracteres (LnCarac), esperava-se que houvesse uma relação positiva, dado a expectativa de uma diminuição no número de caracteres implicaria também na redução da divulgação de itens imateriais, focando-se nas informações relevantes. A variável mostrou-se significativa e com coeficiente positivo em dois modelos de estudo IMatAT e IMatRec, *a priori*, em favor da hipótese formulada. Contudo, apesar de estatisticamente significativa, a variável tem impacto nulo na quantidade de itens imateriais divulgados, dado que o coeficiente tende a zero.

Frente aos resultados obtidos para as variáveis DMAT e LnCarac, alinhado com a análise anterior e tendo por base os dados contidos nas Tabelas 12 e 13, não existem evidências robustas que possam sustentar a hipótese de que houve redução na diminuição da divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, após a revisão das orientações sobre a materialidade realizada pelo IASB, levando à rejeição da hipótese H_1 .

A expectativa para a *dummy* Risco de Litígio (RisLit) era que se apresentasse uma relação positiva. A expectativa se confirmou com o modelo considerando IMatRec, significante a 5%. O resultado explica que países tipicamente com alto risco de litígio, no caso países *code law*, tendem a divulgar mais informações. Assim, há impacto de 4,69306 itens imateriais divulgados a mais por empresas petrolíferas, caso sua sede seja em países *code law*.

O resultado corrobora os achados de D'Adduzio (2020), visto que há divulgação de informações de baixa materialidade, ou seja, a maior quantidade de informações imateriais está, segundo a autora, positivamente associada com a incerteza macroeconômica, o risco de litígio no nível da empresa e a aversão ao risco no nível do gerente. O estudo também sugere que

países que estão sob o sistema *common law* são orientados a produzirem somente informações úteis aos investidores, como confirmado por Holanda (2015).

Assim, os resultados alcançados para a variável DRisLit é a de que as evidências indicam que a hipótese de que o sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais, levando a não rejeição da hipótese H₂.

A *dummy* Tempo de Mandato (CEOTenure) retornou coeficiente positivo e significância estatística a 1% para o modelo, considerando a variável dependente IMatPL para itens imateriais, resultado que contraria a expectativa de H₃. Os resultados, assim, indicam que CEO das empresas petrolíferas com mais tempo de mandato acabam divulgando mais informações imateriais em suas Notas Explicativas, ou seja, o CEO das empresas, com 5 anos ou mais de mandato, divulgam 1,92226itens imateriais a mais do que CEO de empresas petrolíferas, com menos de 5 anos de mandato. Em D'Adduzio (2020), não se apurou associação estatisticamente significativa entre o mandato do CEO e a materialidade da divulgação. Aqui, apesar da significância, a hipótese H₃ não pode ser aceita em função da direção da associação observada (positiva).

Quanto ao Retorno sobre o Ativo (ROA), o entendimento era a de que houvesse uma relação negativa, dado a hipótese de que o baixo desempenho empresarial leva ao aumento da quantidade de itens imateriais divulgados. No entanto, o coeficiente retornou o resultado positivo e significativo a 1% no modelo IMatRec, indicando que quanto maior for o retorno sobre o ativo tem-se um impacto de 27,754 nos itens imateriais divulgados, contrariando, portanto, a perspectiva de que as empresas divulgam informações com menor materialidade para ofuscar o desempenho insatisfatório. Assim, os resultados apurados levam à rejeição da hipótese H₄.

Por fim, no que diz respeito à *proxy* para o Tamanho (SIZE), entendeu-se que havia uma relação positiva para o modelo, porque era esperado que grandes empresas, ou seja, as que possuem maiores reservas de óleo e gás, divulgassem mais informações com menor materialidade, pois são mais arriscadas no mercado, devido à atratividade de investidores (D'Adduzio, 2020). Todavia, a variável retornou com resultados estatisticamente não significativos, não suportando a hipótese H₅ formulada e as evidências de Holanda (2015).

A Tabela 14 apresenta o resultado consolidado quanto às hipóteses de pesquisas. Além disso, quanto ao objetivo de se avaliar se a divulgação de itens imateriais diminuiu, as evidências apontam para o contrário, a não ser quanto à característica do regime jurídico típico

dos países, que seguiu predito na literatura e influenciou no nível de divulgação de itens imateriais nas Notas Explicativas.

Tabela 14

Consolidação da avaliação das hipóteses de pesquisa

Variáveis	Hipótese	Resultado
Tamanho das Notas Explicativas (DMAT/LnCarac)	H ₁	Rejeitada
Risco de Litígio (DRisLit)	H ₂	Não pode ser rejeitada
Anos de gestão do CEO (CEOTenure)	H ₃	Rejeitada
Desempenho (ROA)	H ₄	Rejeitada
Tamanho (SIZE)	H ₅	Rejeitada

Fonte: Dados da Pesquisa.

5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa teve como objetivo avaliar se a quantidade de itens imateriais, nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas, reduziu após a revisão proposta do conceito de materialidade divulgado na norma contábil *Conceptual Framework*, em 2018, bem como entender quais características dessas empresas podem explicar a divulgação de itens não materiais. Com a finalidade de viabilizar a proposta de pesquisa, estipulou-se um modelo econométrico, com base nos critérios de 1,5% do Ativo Total, 2,5% do Patrimônio Líquido e 1% da Receita, para definição dos itens irrelevantes/imateriais divulgados no Balanço Patrimonial e na Demonstração dos Resultados do Exercício.

Por meio deste estudo, verificou-se que há uma quantidade elevada de itens imateriais sendo divulgados nas empresas petrolíferas, passando da média de 40% de itens imateriais em alguns anos do período estudado. Adicionalmente, os testes econométricos indicaram que somente a hipótese formulada para o Risco de Litígio (RisLit) não pode ser rejeitada, concluindo que existem evidências para sustentar a hipótese de que o sistema jurídico adotado pelos países, onde as empresas petrolíferas estão sujeitas a um risco maior de litígios, está associado à maior divulgação de itens imateriais.

O pressuposto básico que sustenta a pesquisa é a de que as informações divulgadas sejam úteis, relevantes e que contribua para a redução da assimetria informacional, principalmente após a revisão do conceito de materialidade na norma *Conceptual Framework*, em 2018. Dessa forma, o presente estudo entende que as empresas de modo geral, em especial as empresas petrolíferas, vêm divulgando um elevado número de itens imateriais em suas Notas Explicativas, podendo ser explicado, conforme literatura explorada, em função das sucessivas repetições de informações de anos anteriores, sem a realização de revisões sobre as informações que são realmente materiais.

A quantidade de informações imateriais divulgadas nas Notas Explicativas das empresas petrolíferas sugere que ainda há um longo caminho a ser percorrido no sentido de tornar as Notas Explicativas mais assertivas quanto à qualidade das informações divulgadas, direcionando o olhar para as informações que realmente são relevantes para as companhias e atendendo ao objetivo de produzir informações úteis para os seus usuários. Essas conclusões confirmam as preocupações dos órgãos nacionais e internacionais e fomentam debates acerca do tamanho excessivo das Notas Explicativas. Entretanto, também mostram que as ações desses órgãos ainda falham nesse sentido.

Sobre a limitação do estudo, ressalta-se a seleção da amostra, a qual foi realizada de maneira não probabilística e implicou na exclusão de companhias que não atenderam aos critérios metodológicos estabelecidos. Ademais, a mensuração dos itens considerados imateriais seguiu uma metodologia específica por falta de definição normativa, em razão de se tratar de matéria que implica em julgamento profissional. Assim, os resultados se limitam aos critérios utilizados. Por fim, podem existir outras características não capturadas nesta pesquisa que explicam a divulgação de itens não materiais nas Notas Explicativas.

Como sugestão para futuras pesquisas, propõe-se ampliar o número de empresas, considerando outros setores econômicos. Desenvolver um estudo com a finalidade de se determinar parâmetros quantitativos para a aplicação da materialidade, possibilitando uma padronização e uma melhor comparabilidade entre as empresas, além de tornar a sua aplicação menos subjetiva sobre a determinação das informações materiais.

REFERÊNCIAS

- Borges, G. F., & Rech, I. J. (2019). Determinantes da legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(3), 31-51.
- Bersiliera, J. (2022). *Os reflexos da pandemia Covid-19 nas demonstrações financeiras das companhias abertas brasileiras*. [Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo]. Disponível em www.teses.usp.br.
- BP. (2022). Annual Report. Disponível em <https://www.bp.com/en/global/corporate/investors/results-reporting-and-presentations/annual-report.html>.
- Brasil. Lei n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007. (2007). Altera e revoga dispositivos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF, 28 dez. 2007.
- Camargo, R. C. C. P., & Alberton, L. (2015). A Percepção dos Usuários sobre Materialidade: Mapeamento e Análise Sistêmica da Literatura. *Contabilidade Vista & Revista*, 26(3), 1-24.
- Campos, L. C., & Lemes, S. (2013). Ensino de Notas Explicativas nos cursos de ciências contábeis de universidades públicas brasileiras. *RACE: Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 12(1), 249-282.
- Campos, M. C., & Rover, S. Comparação das Notas Explicativas de 2013 e 2014 de Empresas do Novo Mercado em Decorrencia da OCPC 07. (2016). *Anais do Décimo Congresso Anpcont*. Ribeirão Preto. Disponível em <https://anpcont.org.br/pdf/2016/ic-CUE464.pdf>.
- Canadian Natural. (2022). Financial Reports. Disponível em <https://www.cnrl.com/investors/financials/>.
- Castro, L. A., Leôncio, Y. J. D. S., Silva, R. B., Domingos, S. R. M., & Ponte, V. M. R. (2019). Aspectos Quantitativos de Materialidade das Informações Divulgadas nas Demonstrações Contábeis e nas Notas Explicativas de Empresas Brasileiras da Indústria de Alimentos Processados. *Enfoque Reflexão Contábil*, 38(2), 15-32.
- Cenovus Energy. Financial Results. Disponível em <https://www.cenovus.com/Investors/Financial-results>.
- Cervo, A. L., Bervian, P. A., & Silva, R. da. (2009). *Metodologia Científica* (6ª. ed). Pearson Prentice Hall.
- Coelho, C. M. P., Niyama, J. K., & Rodrigues, J. M. (2011). Análise da Qualidade da Informação Contábil Frente a Implementação dos IFRS: Uma Pesquisa Baseada nos Periódicos Internacionais (1999 a 2010). *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2011). CPC 26 (R1) - *Apresentação Das Demonstrações Contábeis*. Disponível em https://s3.sa-east-1.amazonaws.com/static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2023.pdf
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2014). *OCPC 07 (R1) - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*. Disponível em <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Orientacoes/Orientacao?Id=95>
- Cruz, É. R. (2019). *Qualidade da informação contábil das empresas listadas na B3: uma análise da evidenciação nas notas explicativas*. [Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) - Universidade de Brasília]. Disponível em <https://bdm.unb.br/handle/10483/22764>.
- Dantas, J. A., Zendersky, H. C., Santos, S. C. D., & Niyama, J. K. (2005). A dualidade entre os benefícios do disclosure e a relutância das organizações em aumentar o grau de evidenciação. *Revista Economia & Gestão*, 5(11), 56-76.

- Dye, R. (2001). An evaluation of “essays on disclosure” and the disclosure literature in accounting. *Journal of Accounting and Economics*, Amsterdam, v.32, n.1-3, p.181-235.
- D'Adduzio, J. (2020). The Materiality of Quantitative Disclosure in Annual Reports. *Disponível em SSRN 3705513*.
- Edgley, C., A. (2014) *Genealogy of accounting materiality. Critical Perspectives on Accounting*, Volume 25, Issue 3, 2014, Pages 255-271, ISSN 1045-2354.
- Eilifsen, A., & Messier Jr., W. F. (2015). Materiality guidance of the major public accounting firms. *Auditing: A Journal of Practice & Theory*, 34(2), 3-26.
- Equinor. (2022). *Annual Reports*. Disponível em <https://www.equinor.com/investors/annual-reports>.
- European Financial Reporting Advisory Group (EFRAG).(2012). *Towards a disclosure framework for the notes - discussion paper*. Disponível em [https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F121015 Disclosure Framework - FINAL1.pdf](https://www.efrag.org/Assets/Download?assetUrl=%2Fsites%2Fwebpublishing%2FSiteAssets%2F121015%20Disclosure%20Framework%20FINAL1.pdf).
- Evaluate Energy Company, pesquisado em 9 de junho de 2022. Disponível em <https://www.evaluateenergy.com/company.aspx>.
- Fávero, L. P. L. (2013). Dados em Painel em Contabilidade e Finanças: Teoria e Aplicação. *Brazilian Business Review*, 10(1), 131-156.
- Financial Accounting Standards Board (FASB).(2014). *Proposed Statement of Financial Accounting Concepts, Conceptual Framework for Financial Reporting, Chapter 8: Notes to Financial Statements*. Disponível em https://www.fasb.org/jsp/FASB/Document_C/DocumentPage?cid=1176163868268&acceptedDisclaimer=true.
- Fortune. (2021). *Fortune Global 500*. Disponível em <https://fortune.com/ranking/global500/2021/search/>.
- Galp Energia. (2022). *Relatórios e Resultados*. Disponível em <https://www.galp.com/corp/pt/investidores/publicacoes-e-comunicados/relatorios-e-resultados>.
- Gomes, M., Ferreira, R., & Martins, V. (2019). O impacto da OCPC 07 sobre o tamanho e a legibilidade das Notas Explicativas de companhias brasileiras. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 162-184.
- Gujarati, D. N. (2006) *Econometria Básica*. 4. ed. Rio de Janeiro: Campus.
- Gujarati, D. N., & Porter, D. C. (2011). *Econometria básica-5*. Amgh Editora.
- Hendriksen, E. S.; & Van Breda, M. F. V. (2018). *Teoria da contabilidade*. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2013). *Discussion paper DP/2013/1 a review of the conceptual framework for financial reporting*. Disponível em <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/conceptual-framework/discussion-paper/published-documents/dp-conceptual-framework.pdf>.
- Holanda, S. D. S. P. (2015). Investigação da relação entre disclosure, materialidade e origem legal dos países: um estudo de transações com partes relacionadas.
- International Accounting Standards Board (IASB). (2011). *IAS 1*. Disponível em [https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2022/issued/part-a/ias-1-presentation-of-financial-statements.pdf?bypass=on#:~:text=International%20Accounting%20Standard%201%20Presentation%20of%20Financial%20Statements%20\(,the%20paragraphs%20have%20equal%20authority](https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/publications/pdf-standards/english/2022/issued/part-a/ias-1-presentation-of-financial-statements.pdf?bypass=on#:~:text=International%20Accounting%20Standard%201%20Presentation%20of%20Financial%20Statements%20(,the%20paragraphs%20have%20equal%20authority).
- International Accounting Standards Board (IASB). (2013). The disclosure problem: setting the scene Discussion Forum – Disclosures in Financial Reporting Ian Mackintosh, Vice-chairman IASB. Disponível em

- <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/meetings/2013/january/iasb-discussion-forum/disclosure-problem-setting-the-scene.pdf>
- International Accounting Standards Board (IASB). (2014). *Exposure draft ED/2014/1 Disclosure Initiative – Proposed Amendments to IAS 1*. Disponível em <https://www.ifrs.org/content/dam/ifrs/project/disclosure-initiative/disclosure-initiative-amendments-to-ias-1/exposure-draft/ed-disclosure-initiative-amendments-ias-1-march-2014.pdf>
- International Accounting Standards Board (IASB). (2018). *Conceptual Framework for Financial Reporting*. Disponível em <https://www.ifrs.org/issued-standards/list-of-standards/conceptual-framework/#:~:text=The%20Conceptual%20Framework%20sets%20out%20the%20fundamental%20concepts,useful%20information%20for%20investors%2C%20lenders%20and%20other%20creditors.>
- International Financial Reporting Standards (IFRS). (2021). *Who we are?* Disponível em <https://www.ifrs.org/about-us/who-we-are/#history>
- Investing.com. (2023). *Petróleo Brent Futuros Histórico de Preços*. Disponível em <https://br.investing.com/commodities/brent-oil-historical-data>.
- Iudícibus, S. D., Martins, E., & Gelbcke, E. R. (2000). *Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações*, 5.^a Edição. São Paulo, editora Atlas.
- Jorissen, A. (2015). O IASB: Das Informações Contábeis de Alta Qualidade em Direção às Informações para Fomentar Confiança e Estabilidade nos Mercados Globais. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 243-246.
- Klann, R. C., Santos, A. C., & Starosky Filho, L. (2014). Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no valor e relevância das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 95-118.
- Lourenço, Isabel Costa. Notas explicativas: uma visão internacional. *Revista FIECAFI*, v. 1, p. 10-15, agosto, 2014.
- Lundin Energy. (2022). *Financial Reports*. Disponível em <https://dev.lundin-energy.com/investors/financial-reporting/annual-reports/>.
- Malaquias, F. F. de O, & da Silveira, C. C. (2020). P-port index: uma medida baseada em princípios linguísticos para análise da facilidade de leitura de relatórios financeiros. *Revista Universo Contábil*, 15(3), 133-146.
- Martins, E. A. (2016). Notas explicativas e demonstrações sem embromação. *Revista Capital Aberto*. Disponível em <https://capitalaberto.com.br/temas/contabilidade-e-auditoria/notas-explicativas-e-demonstracoes-sem-embromacao/>.
- Martins, Gilberto de Andrade & Theóphilo, Carlos Renato. *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. São Paulo: Atlas, 2007.
- Mio, C., Fasan, M., & Costantini, A. (2020). Materiality in integrated and sustainability reporting: A paradigm shift? *Business Strategy and the Environment*, 29(1), 306-320.
- Mol Group. (2022). *Annual Reports*. Disponível em <https://molgroup.info/en/investor-relations/publications#nav-annual-reports>.
- Monteiro, J. J., Rengel, R., Sousa, A. M., & Borba, J. A. (2021). Não basta ler, é preciso compreender: um enfoque na legibilidade do resultado e do EBITDA. *Revista Universo Contábil*, 16(3), 31-49.
- OMV Group. (2022). *Annual Reports*. Disponível em <https://www.omv.com/en/investor-relations/publications?year=2022#annual-reports>.
- Pindyck, R. S., & Rubinfeld, D. L. (2004). *Econometria: modelos & previsões*. Elsevier. Petrobras. (2022). *Central de Downloads*. Disponível em <https://www.investidorpetrobras.com.br/servicos-ao-investidor/central-de-downloads/>.

- Pinheiro, V. A. A., & Boscov, C. P. (2015) Análise de informações por segmento das empresas premiadas pelo Troféu Transparência ANEFAC/FIPECAFI/SERASA 2013. *Contexto*, Porto Alegre, v. 15, n.º 29, p. 96-112.
- Pinheiro, P. B., Iudícibus, S., Salotti, B. M., & Galeale, N. V. (2017). A materialidade aplicada para a divulgação de informações nas notas explicativas. *Revista ENIAC Pesquisa*, 6(2), 166-185.
- Prodanov, C. C., & Freitas, E. C. de. (2013). *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico*(2.º ed.). Feevale.
- Rainero C., Modarelli G., Migliavacca A., & Coda R. (2020). Early Traces of Materiality and Relevance Principles in Luca Pacioli's Tractatus XI. *International Journal of Business and Management*; vol. 15, n.º 9.
- Repsol. (2022). *Repsol's annual reports*. Disponível em <https://www.repsol.com/en/shareholders-and-investors/financial-information/annual-reports/index.cshtml>.
- Ribeiro, A. M., Carmo, C. H. S. D., Fávero, L. P. L., & Carvalho, L. N. (2016). Poder discricionário do gestor e comparabilidade dos relatórios financeiros: uma análise do processo de transição regulatória da contabilidade brasileira. *Revista Contabilidade & Finanças*, 27, 12-28.
- Rover, S., Tomazzia, E. C., Murcia, F. D-R., Borba, J. A. (2012). Explicações para a divulgação voluntária ambiental no Brasil utilizando a análise de regressão em painel, *Revista de Administração*, vol. 47, n.º 2, p. 217-230.
- Ruberto, R. B., & Alves, A. P. (2016). A qualidade informacional das políticas contábeis, mudanças de estimativas e retificação de erros: uma análise nas notas explicativas das maiores empresas brasileiras. *Pensar Contábil*, 17(64).
- Santos, A. C.; Starosky Filho, L.; & Klann, R. C. (2014). Efeitos do processo de convergência às normas internacionais de contabilidade no valuer relevance das demonstrações contábeis de organizações brasileiras. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 11(22), 95-118.
- Santos Cunha, L. M., & de Souza Ribeiro, M. (2016). A divulgação de provisões e passivos contingentes ambientais pelas empresas do setor de energia elétrica em comparação ao desenvolvimento da normatização da evidenciação contábil. *Revista Universo Contábil*, 12(4), 86-106.
- Santos, E. S., Calixto, L., & Bispo, M. F. (2019). Impacto da Nova Diretriz do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (OCPC 07) sobre o downsizing de Notas das empresas. *Revista Contabilidade e Finanças*, 30(79), 58-72.
- Santos, E. S, Ponte, V. M. R., & Mapurunga, P. V. R. Adoção Obrigatória do IFRS no Brasil (2014): Índice de Conformidade das Empresas com a Divulgação Requerida e Alguns Fatores Explicativos. *Revista Contabilidade & Finanças*. 2014, v. 25, n. 65.
- Shell Global. (2022). *Annual publications download centre and archive*. Disponível em <https://www.shell.com/about-us/annual-publications/annual-reports-download-centre.html>.
- Silva, R. B. (2017). *Implicações da OCPC 07 no disclosure e na forma das notas explicativas das demonstrações contábeis*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, - Universidade Federal do Ceará]. Disponível em <http://repositorio.ufc.br/handle/riufc/28442>.
- Souza, R. G. D. (2009). *Normas internacionais de contabilidade: percepções dos profissionais quanto às barreiras para sua adoção no Brasil*. [Dissertação de Mestrado, Fundação Getúlio Vargas]. Disponível em <http://hdl.handle.net/10438/5692>.
- Souza, J. A., Neto, A. S., Vargas, L. H. F., & Demonier, G. B. (2013) Práticas contábeis de empresas brasileiras antes e após a adoção das normas internacionais. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, v. 18, n. 3, p. 55-76

- Souza, E. M. V. (2014). *Notas explicativas: utilidade das informações financeiras divulgadas no Brasil com a adoção das normas internacionais de contabilidade (IFRS)*. [Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Universidade de São Paulo]. Disponível em <https://doi.org/10.11606/D.12.2014.tde-11122014-174236>.
- Souza, P. V. S. de, Niyama, J. K., & Silva, C. A. T. (2020). Ensaio teórico sobre os vieses cognitivos nos julgamentos dos preparadores das demonstrações contábeis. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19, e2961.
- Stevenson, W. J. (2001). *Estatística aplicada à administração*. (1.^a ed.). São Paulo: Harbra.
- Standard & Poor's Global. *S&P Global Platts Top 250 Global Energy Company Rankings*. (2021). Disponível em <https://www.spglobal.com/platts/top250/rankings/2020>.
- Suncor. (2022). *Financial reports and guidance*. Disponível em <https://www.suncor.com/en-ca/investors/financial-reports-and-guidance>.
- Torelli, R., Balluchi, F., & Furlotti, K. (2020). The materiality assessment and stakeholder engagement: A content analysis of sustainability reports. *Corporate Social Responsibility and Environmental Management*, 27(2), 470-484.
- Torini, D., Lima, M., Brito, M. M. A. de, & Coelho, V. S. R. P. (2016). *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. Bloco Quantitativo. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP.
- Tricarico, A.V & Santos, O.M. (2021). A qualidade das informações à luz da relevância e da materialidade. *Segundo Congresso UFG de Contabilidade, Controladoria e Finanças*, Goiás, Brasil.
- Total Energies. (2022). *Results and Reports*. Disponível em <https://totalenergies.com/investors/results-reports>.
- TourmalineOil. (2022). *Financial Reports*. Disponível em <https://www.tourmalineoil.com/investors/financial-reports>.
- Vargas, L. A., Menegon, R., Mazzioni, S., & Dal Magro, C. B. (2020). Influência da idade e do tempo de mandato dos CEO em opções tributárias mais agressivas. *REUNIR - Revista de Administração Contabilidade e Sustentabilidade*, 10(4), 116-127.
- Verrecchia, R. E. (1983). Discretionary disclosure. *Journal of accounting and economics*, 5, 179-194.
- Verrecchia, R. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics, Amsterdam*, v.32, n.1-3, p.97-180.